



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO
NACIONAL – CUPN CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÃO INTERNACIONAIS

LOTHAR MATHEUS FERNANDES GUEDES

**NACIONALISMO E O NEOLIBERALISMO NO MUNDO
GLOBALIZADO:
IMPRESSÕES DAS CRISES DEMOCRÁTICAS NO BRASIL E NO
MUNDO.**

**PORTO NACIONAL - TO
2021**

LOTHAR MATHEUS FERNANDES GUEDES

**NACIONALISMO E O NEOLIBERALISMO NO MUNDO
GLOBALIZADO:
IMPRESSÕES DAS CRISES DEMOCRÁTICAS NO BRASIL E NO
MUNDO.**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Frederico da Silva Gama.

Orientadora: Prof. Dr. Carlos Frederico da Silva Gama.

**PORTO NACIONAL - TO
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- G924n Guedes, Lothar Matheus Fernandes.
Nacionalismo e Liberalismo no Mundo Globalizado: Impressões das crises democráticas no Brasil e no mundo. / Lothar Matheus Fernandes Guedes. – Porto Nacional, TO, 2021.
68 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2021.
Orientador: Carlos Frederico Pereira da Silva Gama
1. Nacionalismo. 2. Neoliberalismo. 3. Globalização. 4. Democracia. I. Título
CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo s is tema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

LOTHAR MATHEUS FERNANDES GUEDES

**NACIONALISMO E O NEOLIBERALISMO NO MUNDO
GLOBALIZADO:
IMPRESSÕES DAS CRISES DEMOCRÁTICAS NO BRASIL E NO
MUNDO.**

Monografia avaliada e apresentada à UFT
– Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Porto Nacional,
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais. Aprovada em sua
forma final pela Orientadora e pela Banca
Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Frederico da Silva Gama Orientadora – UFT

Prof. [titulação e nome], Examinador Interno – UFT

Prof. [titulação e nome] Examinador Externo – [sigla da instituição]

DEDICATÓRIA

Infelizmente, o número de brasileiros a qual este trabalho é dedicado já passa de 4000.

AGRADECIMENTOS

É tão pouco espaço, para tão grande lista de pessoas, que de alguma forma fizeram com que eu chegasse a este ponto. A minha família devo total gratidão, em especial aos meus pais, que graças ao esforço diário, permitiram com que eu pudesse me dedicar ao curso e desenvolver minhas habilidades, muitas das quais ainda me questiono. A minha mãe, Samara, que sempre fez o possível, quando não estava ocupada fazendo o impossível, para que eu tivesse acesso ao conhecimento e oportunidades, enfim quem sempre acreditou. Ao meu queridíssimo pai, Benedito, que me passou valores sobre humildade e paciência, ele é quem eu posso ter certeza que vai estar ao meu lado quando eu não souber o que fazer. A Neide, que foi uma segunda mãe, e certamente me ensinou uma ou duas coisas sobre ser carinho e compaixão. A minha parceira de vida, Taynara, que me inspira a ser melhor, e não obstante ensinar sobre felicidade e amor, ainda me ensinou a dirigir! Ao meu Piauí, meu refúgio mergulhado em mata branca, minha primeira casa, para onde retorno sempre que o corpo começa a pesar mais que a terra.

A Universidade Federal do Tocantins, meu templo, minha referência, onde se criam excelentes seres pensantes e posso assegurar que assim continuará. Aos meus professores, que de certo acompanharam o meu desenvolvimento e honrosamente compartilharam da sua luz. Fabiana, Dirceu, Ludwig, Márcia, Jan, Ana Lúcia, Rodolfo, Ítalo, e obviamente o grande mestre Carlos, a quem tive o prazer de participar, como co-autor, um trabalho um trabalho na Sérvia, e definitivamente contribuiu para que eu encontrasse o tema deste trabalho. Aindahoje sou dono de metade de um hostel na Uzun Mirkova 6, Beograd 11000, mas isso é história para outro momento. Aos meus colegas, que pude ter o privilégio de dividir os mais instigantes debates, desde relações de poder dentro do Sistema Internacional, ao preço do cafezinho na cantina. Ambas questões geram tanto impacto na vida do brasileiro.

Um agradecimento ao mundo das artes, e todos os artistas que estiveram presentes durante todo este período, na poesia, na música, nos quadros, continuamente e incessantemente dando sentido ao mundo que começou amanhã, e ainda assim, estava atrasado.

Como disse no início destes agradecimentos, foram várias as habilidades que desenvolvi nesta caminhada, algumas das quais ainda me questiono, posso dizer que entre elas: Passar incontáveis dias e noites em claro na frente de um computador certamente eu não conhecia, mas se esta habilidade tem alguma real relevância ou utilidade, você pode me dizer após ler este trabalho.

“Maldito é o soldado que aponta sua arma para o seu povo”

Simon Bolívar

RESUMO

Partindo do atual cenário, no qual rupturas de paradigmas de cooperação, bem como ataques às instituições têm sido comumente observados em diversos Estados, há de se inferir que a democracia segue fragilizada em escala global. Nos últimos anos, floresceram governos populistas com tom autoritário e políticos com apelos nacionalistas e liberais. Estes políticos recorrem a políticas protecionistas e medidas anti-imigração e se submetem seguindo aos órgãos multilaterais que refletem o interesse dos países centrais, dando-lhes mais força. Este estudo busca compreender e relacionar problemas associados ao fenômeno do ressurgimento das políticas nacionalistas em um mundo globalizado, no qual ondas de líderes autodenominados conservadores mantêm agenda econômica liberal, evidenciando nova fase do neoliberalismo, a forma como estas características adotadas por governos pode estar diretamente ligada às crises liberais e como seus efeitos reincidentem no mundo pós-moderno, com fortes influências do neoliberalismo. A pesquisa tem como estudo de caso a maneira como o Brasil se insere neste contexto e como o nacionalismo conversa com os atores que compõem a política brasileira.

Palavras-chave: Nacionalismo. Neoliberalismo. Globalização. Democracia.

ABSTRACT

Starting from the current scenario, in which ruptures of cooperation paradigms, as well as attacks on institutions, have been commonly observed in several States, it must be inferred that democracy remains fragile on a global scale. In recent years, populist governments with an authoritarian tone have flourished and politicians with nationalist and liberal appeals. These politicians resort to protectionist policies and anti-immigration measures. They also submit to multilateral bodies that reflect the interest of central countries, giving them more strength. This study seeks to understand and relate problems associated with the phenomenon of the resurgence of nationalist policies in a globalized world, in which waves of self-styled conservative leaders maintain a liberal economic agenda, showing a new phase of neoliberalism. The study highlights how these characteristics adopted by governments can be directly linked to liberal crises and how their effects recur in the postmodern world, with strong influences of neoliberalism. The research has as a case study how Brazil fits into this context and how nationalism converses with the actors that make up Brazilian politics.

Keywords: Nationalism. Neoliberalism. Globalization. Democracie.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Países governados por partidos membros do Foro de São Paulo (2011)..... 37
- Figura 2 – Países governados por partidos membros do Foro de São Paulo (2018)..... 37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa	14
1.2 Objetivos	15
1.3 Metodologia	15
2 COMPREENDENDO O NACIONALISMO... ..	17
2.1 Nação e nacionalismo	18
2.1.1 Questão religiosa.....	20
2.2 Nacionalismo e globalização.....	21
2.3 Nacionalismo <i>updated</i>?.....	25
3 NEOLIBERALISMO... ..	28
3.1 Raízes.....	29
3.2 Neo e globalização	30
3.2.1 Globalização.....	32
4 CONSERVADORISMO.....	35
4.1 Conservadorismo e liberalismo	35
5 CARACTERÍSTICAS DO NACIONALISMO NO BRASIL (DE SANTA CRUZ AO BRASIL CONTEMPORÂNEO).....	38
5.1 República Velha (1889-1930)	39
5.2 República Nova (1930-1945)	40
5.3 Ditadura civil-militar (1964-1985).....	44
6 SEMIÓTICA PATRIÓTICA E GOVERNO BOLSONARO... ..	47

6.1 Panorama: governo Jair Bolsonaro	50
6.1.1 Relações exteriores do Brasil sob bolsonaro	52
7 RESSEÇÃO DEMOCRÁTICA: O RETORNO DA RETÓRICA NACIONALISTA NO MUNDO GLOBALIZADO (CONSERVADORISMO, NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO)	57
7.1 Crises liberais	58
8 CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIA	64

1 INTRODUÇÃO

Dentro das Relações Internacionais, compreende-se como pós-moderno um conjunto de políticas que definem nova dinâmica mundial após o fim da Guerra Fria, fim este simbolizado pela queda do muro de Berlim, no ano de 1989. Esta nova dinâmica é composta de uma série de outros atores políticos e contextos que desafiam teorias tradicionais sobre a compreensão do comportamento dos Estados.

Com o advento da globalização, criação de organizações internacionais, ação dos movimentos sociais, fortalecimento das instituições e processos de independência de países, as democracias liberais experimentam o que o sociólogo político Larry Diamond (2008) chama de “boom democrático” ou expansão democrática, que se entende como o processo de consolidação da democracia no âmbito internacional em conjunto com as reformas neoliberais. Este processo de expansão democrática experimenta sua terceira fase em meados dos anos 70.

Contudo, ainda segundo Diamond (*ibidem*), esta expansão teria começado a entrar em declínio a partir do ano de 2006, ao estagnar. A partir daí, foi deixado de lado o esforço para se construir uma democracia mais sólida ou para reestruturar as instituições. Isso ocorreu devido a um novo modelo de crise, que já não se relacionava exclusivamente com as questões de ideologias de mercado que provocaram inúmeros conflitos no século passado. Mas sim uma crise associada à identidade, que evidencia a fragilidade das instituições democráticas dos Estados frente à necessidade de se impor dentro da dinâmica internacional consequente do processo de globalização intensa que o mundo vem experimentando nos últimos trinta anos. O fim desta expansão democrática revela muito acerca dos aspectos ultranacionalistas observados na política internacional contemporânea e ajuda a compreender como este fenômeno se manifesta no Brasil.

Tornou-se comportamento recorrente o (res)surgimento de líderes populistas e de grupos políticos que revisitam ideias de cunho nacionalista/extremista como contraponto ao processo da globalização e aos movimentos de contracultura ocorridos nas últimas décadas. Muitas destas forças de expressão se baseiam no início dos anos 1990 como forma de amenizar ou combater uma suposta ameaça indenícia. Atualmente, estes grupos antiglobalistas encontram seus argumentos de ação dentro dos efeitos da prerrogativa neoliberal. Estes atores utilizam-se do nacionalismo que, por sua vez, é elemento inerente aos Estados modernos e é representado de diversas formas dentro dos espectros políticos, dentre elas como ferramenta de autoafirmação indenícia dentro do sistema internacional, porém, desta vez, em relação a chefes de Estado com perfil autocrata. Isto pode ser

observado, inclusive, nas maiores potências econômicas e militares do planeta, alterando significativamente os paradigmas diplomáticos conhecidos e praticados até então.

Obviamente, em se tratando de um realidade globalizada, com fortes aparatos supranacionais que vigiam a democracia, não se espera que estes líderes assumam os mesmos discursos e ações fortemente autoritárias que o mundo experimentou, por exemplo, durante a Segunda Guerra, com Adolf Hitler incitando uma política explicitamente hostil para com as minorias e de dominação de territórios em prol do desenvolvimento da Alemanha, dominação esta com base em um nacionalismo-étnico que utilizou o extermínio em massa como política de Estado.

Com base no panorama apresentado acima sobre como a democracia está fragilizada, faz-se necessário questionar a respeito da inserção brasileira neste cenário. Quais características podemos inferir acerca das últimas eleições brasileiras e como isto se reflete sob a gestão do governo de Jair Bolsonaro em relação à política externa, movimentos sociais, relação Cone-Sul etc.? O que temos hoje é uma democracia que possui mecanismos antidemocráticos, ou seja, o retorno do nacionalismo exacerbado, sobretudo da ideologia burguesa, permite a ascensão de líderes autoritários por vias democráticas, sendo este o principal questionamento levantado neste estudo ao analisarmos, especificamente, a maneira como estes aspectos dialogam com a política brasileira (ou presidencialismo de coalizão).

A partir da visão construtivista, questiona-se como Estados e outros atores internacionais podem garantir que a democracia seja, em âmbito global, a causa primordial pela qual a política deva assegurar como repensar as estruturas democráticas e, claro, como levantar tais reflexões sob a ótica tupiniquim, na qual o próprio nacionalismo pode ser entendido de forma paradoxal na medida em que atende às exigências do neoliberalismo.

A partir de um entendimento sobre os termos e comportamentos que definem um país em crise democrática, torna-se possível avaliar a situação em que se encontra o nosso principal objeto deste estudo – a política e a democracia brasileira. Elucidando de forma objetiva o principal questionamento desta pesquisa, procura-se esclarecer se, dentro do atual contexto de recessão democrática, fragilização das instituições e líderes autoritários, o Brasil também estaria inserido, bem como de que maneira o nacionalismo se tornou discurso pertencente às elites que historicamente ditam os passos do desenvolvimento econômico e social do país.

A estrutura para a apresentação da pesquisa – e, conseqüentemente, de sua conclusão – foi escolhida de forma que o entendimento fluísse objetivamente e seguindo cronologia que permita compreensão mais nítida da hipótese. Primeiramente, analisarei o termo nacionalismo, a fim de definir um entendimento que contemple suas nuances e contextos. Há de se revisar também a expressão “recessão democrática” ou “crise democrática”, os seus efeitos sob uma ótica global e interna no que se refere à política brasileira.

Finalmente, para que a compreensão das definições apresentadas e seus efeitos práticos tornem visíveis, faz-se necessário compreender os processos que se deram para a formação e consolidação da atual política brasileira, bem como a associação entre suas características e os termos apresentados. Neste momento, seguindo a teoria construtivista, poderemos entender como se dá a imagem do nacionalismo e seus impactos na democracia brasileira.

1.1 Justificativa

Dentre os acontecimentos que se tornaram recorrentes nos últimos anos, o retorno em todo o mundo da extrema direita com teor nacionalista, com tendências liberais e conservadora, assim como a eleição de governantes com discurso protecionista expressamente autoritário dentro da política externa (sob o pretexto de alavancar ou resgatar a identidade e riqueza de uma nação) fazem questionar a importância de se estudar a democracia e suas variáveis formas de governo.

Ao observar de que modo a busca pela democracia tem se tornado tema muito recorrente no Brasil e no mundo, é possível relacionar de que maneira o nacionalismo se disseminou como ferramenta que possibilita e legitima políticos com perfil autocrata a ascenderem politicamente por meios democráticos, pondo em xeque a própria democracia de um país.

A escolha por este tópico surge da urgência que temos em discutir os rumos que a política internacional está tomando e como este se projeta na política nacional. Traçar e analisar perfis antidemocráticos e refletir sobre como a democracia está de fato em risco, e como os mecanismos antidemocráticos são aceitos sob a forma de discursos dita “patriótica”. Obviamente, existe polarização semântica em relação aos diversos termos-chave que a presente pesquisa aborda. Com o intuito de levantar visão crítica e determinar de forma prática e científica os resultados deste estudo para melhor responder aos questionamentos, torna-se essencial o uso de bibliografia extensa que contemple, mas não seja restrita às R.I. podendo abordar, mesmo que de forma breve e não aprofundada,

estudos teóricos e práticos nos campos da Sociologia, História, Filosofia, Ciências Sociais dentre outras áreas.

1.2 Objetivos

Esta pesquisa busca apresentar e compreender termos recentes e com urgência de debate, entender os efeitos das crises democráticas, seus precedentes e a forma como o ressurgimento do teor nacionalista na política tem gerado, sistematicamente, apelo a líderes voltados para a extrema direita.

Busca-se também identificar este tipo de perfil durante o período da eleição presidencial brasileira de 2018, e conseqüentemente, no governo Jair Bolsonaro, bem como refletir acerca da projeção que esta dinâmica pode gerar ou já está gerando. Mais especificamente, foca-se na abrangência do nacionalismo e como este se relaciona com a política brasileira, historicamente de caráter fisiológico (política fisiológica).

Para alcançar os objetivos aqui propostos (concernentes também ao entendimento de como o neoliberalismo, o conservadorismo e a globalização estão voltados para a retórica nacionalista dominante no Brasil) é indispensável um estudo da construção da democracia brasileira – ligada à consolidação de sua respectiva elite econômica – e suas influências na política, para isto devendo-se analisar os diferentes períodos pelos quais a República atravessou até chegar ao modelo atual.

Portanto traçar uma linha histórica da formação da própria democracia brasileira é apenas metade do caminho para as conclusões deste trabalho, que também pretende contextualizar a ação das imagens e atores que compõem a problemática nacionalista/neoliberal para, por fim, apresentar de maneira epistemológica os impasses das democracias ao recorrerem a um nacionalismo cosmopolita (caso do Brasil, objeto de estudo analisado neste trabalho). Finalmente, demonstra-se objetivamente do que se trata o nacionalismo vigente no país e se este dialoga com a atual situação da democracia nacional.

1.3 Metodologia

Este trabalho utiliza revisão bibliográfica partindo do método dedutivo e segue em uma abordagem de teor qualitativo. Para argumentar a favor da hipótese sugerida neste estudo, os seguintes termos trabalhados devem ser considerados: crises democráticas, nacionalismo e democracia. A compreensão das chamadas “ondas democráticas”, propostas por Samuel P. Huntington (1994) são de fundamental importância para definir o momento em que este fenômeno passa a entrar em estagnação e crise. Observar os

elementos que se refletem politicamente a partir desta crise revela como o fim da Guerra Fria e as expansões do neoliberalismo desencadearam uma série de contrapontos calcados na imagem do nacionalismo.

Segundo o livro *Como as Democracias Morrem* (2018), de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, as democracias modernas estão sujeitas a sofrer golpes que as fragilizam. Porém, ao contrário do que aconteceu em diversos países nas últimas décadas, as democracias contemporâneas não tendem a passar por ações dramáticas como foi o caso do Brasil e de praticamente todos os países sul-americanos.

Chefes de Estado com propostas autoritárias passam a atuar através das vias democráticas para alcançar postos de influência, revelando as falhas dentro do processo de transição entre regimes ditatoriais para democracias participativas (no caso da transição brasileira, os impactos gerados por esta dinâmica em relação aos grupos de expressão que a compõem).

Em uma análise do artigo *Nação, Nacionalismo e Estado* (2008), do diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães, pode-se identificar as diferentes lentes postas sobre o nacionalismo e suas nuances, favorecendo a compreensão da crise de identidade sugerida pelo cientista político-econômico Francis Fukuyama (1992) e a maneira como o nacionalismo enquanto elemento intrínseco ao Estado pode se tornar a força motriz para a ascensão de governos autocráticos.

O marco teórico desta pesquisa é a teoria construtivista como exposta pelo professor e cientista político Alexander Wendt. As imagens nas Relações Internacionais, como por exemplo o anarquismo, ganham forma a partir da construção que os Estados fazem delas em termos práticos. Para a democracia poderia ser aplicada a mesma lógica, levantando o questionamento de como políticas nacionalistas influenciam na maneira pela qual um país constrói a sua democracia, focando no estudo de caso brasileiro.

2 COMPREENDENDO O NACIONALISMO

Segundo o professor e historiador Yuval Noah Harari (2015), o ser humano evoluiu com a tendência de se dividir e se autodefinir socialmente como “nós” e “eles”. “Nós” como uma forma de união através de valores, história e cultura, todos os indivíduos que estão a sua volta formando um grupo que, por sua vez, coopera entre si e cuida daqueles que fazem parte da mesma organização (por exemplo, uma organização familiar). O termo “eles” serviu para designar todos os outros que não compõem ou não estão inseridos no mesmo grupo. Isto quer dizer que pouco importa o que ocorre no território que pertence a “eles”, desde que suas ações não interfiram ou alterem o território que pertence a “nós”.

Esta dinâmica primordial de separação e união entre diferentes grupos e comunidades segue desde a revolução agrícola neolítica (por volta de 11.000 A.C.) (CHILDE, 1923) e vem sofrendo alterações até os dias de hoje. As comunidades se tornaram tribos, cidades, reinos e impérios até a chegada das primeiras estruturas de Estados-Nação, que têm suas formações em decorrência da Paz de Vestfália, em 1648.

Segundo Harari (2015), todas as diferentes organizações sociais compartilhavam de uma mesma dinâmica social que remete a sua própria característica fundamental, isto é, uma estrutura baseada em uma comunidade íntima e familiar. Portanto a sociedade se organizava de forma que a mesma era a responsável por prover seus próprios serviços de bem-estar social e necessidades de consumo, sendo o Estado um ator fraco ou com pouca influência no comportamento social.

À medida em que a força do mercado passa a interferir na política pós-Revolução Industrial, a organização familiar e a comunidade íntima perdem espaço para o Estado que, por sua vez, atende às necessidades da sociedade e passa a fornecer os serviços de bem-estar social, associando a imagem do indivíduo à liberdade e enfraquecendo o conceito de comunidade.

Porém com a difusão do individualismo da modernidade (BROWN, 2000) nem mesmo o Estado e o mercado foram capazes de substituir a necessidade emocional do senso de comunidade que, em outras palavras, pode ser definido como uma forma de manter um número cada vez maior de indivíduos estranhos uns aos outros unidos no sentimento de que se conhecem, não apenas por possuírem noção de afinidade a um mesmo território, mas por compartilharem os mesmos valores ou necessidades de consumo.

É neste ponto que o nacionalismo passa a ter papel fundamental na construção da

chamada “comunidade imaginada”, definição de nação criada por Benedict Anderson (1983). Para Anderson, uma nação é mais do que um fenômeno exclusivamente institucional aspectos extrainstitucionais de formação social e de autoafirmação de diferentes indivíduos como relativos a um mesmo grupo ou comunidade devem ser identificados e considerados como essenciais para estabelecer-se o conceito de nação (por exemplo, a crença nas mesmas divindades ou símbolos arquetípos).

São estes aspectos que levam à crença de que existe uma nação – gerando o sentimento de nacionalidade – uma imagem consciente e subconsciente de irmanação através de uma série de símbolos que vinculam todos os indivíduos a uma mesma ideia de pertencimento. Um exemplo prático está nas equipes esportivas que representam países em eventos internacionais como Olimpíadas e Copas do Mundo: cada equipe tem sua respectiva torcida majoritariamente composta de nacionais do Estado ao qual a mesma representa.

Uma nação é construída a partir da adoção coletiva de símbolos que sejam considerados naturais ou inerentes a cada indivíduo que compõe uma população. Estes símbolos, por sua vez, ligam esta população ao seu território quase que de forma sanguínea, afastando, então, a nação da sua forma imaginária, tornando-a algo concreto.

“A terra é o alicerce do Estado”, escreve Sun Tzu na sua *magnus opus A Arte da Guerra* (2006). O senso de nação é considerado essencial, pois é justamente este sentimento que serve de liga para conectar a *população* ao *território* e ao seu respectivo *governo*, dando ao que consideramos um Estado moderno (segundo a Convenção de Montevideú, ocorrida no ano de 1933) um seguimento moderno do Tratado de Vestefália, de 1648.

2.1 Nação e nacionalismo

Para intelectuais como Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Ernest Gellner, os fenômenos da nação e do nacionalismo advêm da Modernidade, avigorados durante a Revolução Industrial, na qual uma expansão tecnológica passa a modificar os meios de produção dos Estados, alterando completamente a dinâmica de consumo.

Neste contexto, também podemos incluir uma série de revoluções definidas pelo filósofo e historiador Karl Marx como sendo revoluções burguesas, e a disseminação do liberalismo – definido por Adam Smith – como suposta fórmula que relaciona as nações às formas de se obter riqueza através da superação da produção manufatureira e da aplicação da prática do livre comércio, caracterizando o nacionalismo cívico, que foge da perspectiva romântica, agora voltada para um nacionalismo estatal ou realista-materialista. Estados

modernos com estas características possuem fortes tendências liberais e, normalmente, adotam *jus soli* como definição de nacionalidade (CASTRO, 2012).

Esta relação não é à toa. O diplomata brasileiro Samuel Pinheiro (2008) sintetiza este sentido moderno de nação como uma comunidade vinculada através de meios sociais e econômicos, compartilhando uma mesma ideia de passado histórico que as leva a possuir inclinação à unidade por pertencerem a um mesmo território. Pinheiro ainda relaciona o sentimento de nacionalismo como sentimento de superioridade dos indivíduos, desejo de independência política dentro do sistema internacional, uma forma de impor a própria política e identidade diante outros Estados, evitando, de alguma forma, ser subjugado ou ter sua cultura descaracterizada. O Nacionalismo está presente de forma ampla no espectro político, podendo ser identificado como de esquerda, de direita, territorial, étnico, colonial e etc.

Os movimentos nacionalistas significativos do ponto de vista político, cujas manifestações históricas mais simples decorrem de identidade étnica, lingüística ou de pertencimento, no passado, a uma organização política, tem como seu principal objetivo o estabelecimento de um Estado ou a modificação das políticas do Estado para defender ou privilegiar interesses dos que integram um certo movimento. (GUIMARÃES, 2008, p.246).

Então se o sentimento nacionalista está presente em todos os Estados há tanto tempo, faz-se necessária a sua diferenciação em cada contexto nos quais esse sentimento se aplica. Afinal, considerando as diferentes formas de governo, processos de formação socioculturais e classificações democráticas existentes, podemos inferir que há diferentes tipos de nacionalismos e que cada um possui uma forma de diálogo, por mais que algumas se assemelhem.

Embora o nacionalismo seja uma ferramenta de poder comum entre os Estados, não podemos afirmar que os nacionalismos de diferentes territórios sejam iguais, por mais que as formas de utilização deste pelo Estado possam vir a ser semelhantes. Em outras palavras, não podemos inferir a partir de métodos deterministas (como comumente encontramos na literatura realista) a formação e a função do nacionalismo em diferentes países, pois nem o comportamento dos Estados pode ser configurado como previsível, já que o entendimento do Estado por si só é construído por aqueles que fazem parte dele direta ou indiretamente.

Para Alexander Wendt (1992), tais construções de poder são como imagens erguidas pelo próprio Estado a partir de uma série de aspectos complexos e indeterminados que consideram, por sua vez, a necessidade de entendimento coletivo sobre o mundo material e passam inerentemente pela perspectiva do indivíduo. Não

diferente de outros termos das Relações Internacionais, o nacionalismo é uma imagem primordialmente calcada nas relações sociais e pode ou não adquirir as mais diversas formas, bem como influenciar de várias maneiras questões como, por exemplo, segurança e cooperação. Podemos inferir que o comportamento dos Estados se baseia, na grande maioria das vezes, em questões de identidade, embora para isso não haja fórmula geral. Para o pensador brasileiro Álvaro Vieira Pinto, o nacionalismo pode ser traduzido como o mais alto grau de desenvolvimento de consciência do homem sobre a realidade, reconhecendo-se nacional, ou seja, a maneira como uma nação (sociedade) busca autonomia e desenvolvimento (PINTO, 1960).

2.1.1 Questão Religiosa

Embora tenha sido fundamental no processo de formação das primeiras sociedades e para a coesão social, a imagem da religião não é elemento fundamental para o nacionalismo de Estado-Nação. Bresser-Pereira discorre sobre o tema de forma objetiva ao entender o uso da religião nos dias de hoje para legitimar o nacionalismo, como ocorre de forma pragmática no Oriente Médio:

Embora nos países ricos a reação antagônica a eles que ocorre hoje no Oriente Médio seja identificada com o fundamentalismo religioso, como é o caso do Irã, na verdade é uma manifestação do nacionalismo usando a religião como forma de legitimação – tão nacionalista como foi e é a construção de Israel, igualmente usando a religião (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.176).

Em se tratando do mundo globalizado, o mesmo fenômeno citado acima e a forte guinada conservadora podem ser observados em vários países, como na Índia de Modi e no Brasil de Bolsonaro. “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, bordão de Bolsonaro, é uma forma evidente de legitimar um discurso agressivo e englobar a parcela evangélica do país, que apresenta percentual expressivo da população brasileira.

Para o pesquisador Joaquim Quartim de Moraes, o extremismo evangélico no Brasil é a principal força de expressão que legitima o discurso de ódio contra minorias e permite o avanço da direita conservadora atrelada ao militarismo, ignorando o debate cultural para colocar-se em favor dos “bons valores” associados ao discurso do cidadão de bem.

Esse discurso pode ser identificado, sobretudo no Ocidente, de maneira semelhante na forma de imposição dos países ricos sobre países periféricos através de agendas e reformas liberais que permitem a um país em desenvolvimento – como no caso do Brasil – levantar um nacionalismo explícito que, ainda assim, assegure os objetivos e interesses dos

países centrais, condição inerente do sistema capitalista.

2.2 Nacionalismo e a globalização

O nacionalismo se faz presente nos dias de hoje como fator de fundamental importância dentro das Relações Internacionais, pois que dita muitos dos aspectos que circundam a ação dos Estados. Para compreender a função do nacionalismo no mundo “pós-moderno” é necessário entender os processos que antecedem a fase da globalização na qual o mundo se encontra hoje e os efeitos das “ondas democráticas” liberais nos Estados”.

A chamada “vitória do liberalismo” pós-guerra fria, que teve como marco a queda do muro de Berlim, deixou como resquícios uma série de mudanças e desafios que viriam com o advento da globalização, a partir do final do século XX, dando sinais de que as crises vindouras teriam aspectos não somente econômicos, mas de identidade, como diz o filósofo e economista político Francis Fukuyama (1992). O economista Bresser-Pereira (2008) segue adiante nesta hipótese classificando a própria Guerra Fria como sendo um embate entre duas forças nacionalistas sob o pretexto do “capitalismo vs. socialismo”.

A compreensão do fenômeno denominado expansão democrática ou onda democrática, segundo o historiador Samuel P. Huntington (1994), possui três fases, tendo iniciado como consequência das revoluções ocorridas na França e nos Estados Unidos entre os anos de 1828 a 1926. A segunda fase ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, nos idos de 1943. Em meados dos anos 70, o mundo está passando por uma terceira onda democrática, termo definido por estudiosos como o sociólogo político Larry Diamond (2008) como sendo um período no qual os Estados passam a consolidar sua imagem de países livres e democráticos dentro do S.I.

Esta imagem de país livre, óbvio, abarca uma série de outras medidas que os países adotam, afinal, os modos de produção agora são outros, e as relações passam por modificações. Estas medidas geram até os dias de hoje grandes mudanças nas estruturas internas dos Estados. A começar pela integração entre países, fugindo da guerra ideológica que se instaurou de forma global a partir de 1945, tendo seu fim definido como a queda da “cortina de ferro” em 1989¹. A integração dos Estados neste mundo globalizado abre espaço para os efeitos que o economista político Ernest Mandel (1982) chama de capitalismo tardio, traduzidos no imenso fluxo de capital internacional, consumo em massa e perpetuação do *status quo*, o que significa que países subdesenvolvidos já não podem competir com a força exercida por grandes potências econômicas e transnacionais e,

¹Embora o fim da URSS só viesse a ocorrer em 26 de dezembro de 1991, sendo resultado de uma série de reformas internas promovidas pelo então presidente Mikhail Gorbachev.

portanto, devem se submeter às condições de trabalho, tendências de privatizações e exploração insustentável de recursos naturais.

Pode-se inferir que o muro teve duas quedas. Poderíamos defini-las como física e psicológica. Por mais que o aspecto físico demonstre a concretude da vontade de milhões de alemães, diplomatas e chefes de Estado de uma reunificação do país e do fim de um embate global sobre a eficácia das supostas alianças ideológicas de cada lado, é o seu aspecto psicológico que mais nos interessa neste estudo. Afinal, a queda do muro psicológico determina as principais características que vão ditar o século XXI, a começar por uma integração geral dos países, uma união global sob o signo do mercado.

Se analisarmos como foram os anos 1980, podemos entender o que o fim da “cortina de ferro” significou em várias partes do mundo, que enfrentaram guerras, golpes de Estado, crises humanitárias, revoluções tecnológicas e culturais. Entre tantos eventos que deram forma a esta década conturbada, podemos citar os momentos em que a América do Sul e Central ainda experimentavam a interferência norte-americana, através de sangrentas ditaduras contra a ameaça comunista (ressuscitada recentemente pelo governo brasileiro após as eleições presidenciais de 2018). Países árabes como Iraque e Líbia, ou não árabes de maioria muçulmana, como o Afeganistão, também viviam instabilidade e guerras, algumas delas perduram até os dias de hoje.

A guerra Sul-Africana (ou Guerra de Independência da Namíbia) finalmente chegou ao seu término após 30 anos de conflito. Movimentos separatistas dentro do bloco Soviético resultaram na independência de uma série de países, a começar pelos territórios Bálticos. Tudo isso somado a um pungente estilo de vida voltado ao consumo em massa de novas tecnologias roubam os holofotes dentro do palco internacional.

Podemos perceber como, neste contexto, a queda do muro simboliza não apenas o término de um grandioso conflito dentro de uma era repleta de conflitos, mas de certa forma também sinaliza um grito de esperança que reverbera dentro da vontade popular que anseia por mudanças estruturais no sistema internacional. Como seria de se esperar, o interesse na queda do muro não era uma vontade exclusiva dos moradores de Berlim.

Os países passam a se relacionar desconsiderando questões ideológicas de mercado, como fez a China nas últimas décadas com o seu “comunismo endêmico”. O neoliberalismo se destaca por se permitir atuar de forma personalizada em cada país que está presente, levando em consideração os aspectos do contexto demográfico no qual se insere, criando uma rede sólida e favorecendo, por exemplo, com que transnacionais se tornem uma força gigantesca de expressão política, sobretudo em países ou regiões subdesenvolvidas, dependentes de investimentos estrangeiros, uma vez que estes se tornam

a fonte exclusiva de desenvolvimento e geração de empregos. Muitos governos entendem este aspecto como sendo considerado um ataque à identidade nacional. Já outros entendem como um processo necessário para o desenvolvimento. Em ambos os casos, o nacionalismo se faz presente, porém de maneiras diferentes.

Como reação ao intenso e rápido processo de industrialização e a consequente falta de objetivos sociais que beneficiem as populações, uma série de grupos e movimentos sociais ganharam expressão no início dos anos 1990, se tornando uma contrarresposta a fim de amortecer ou impedir os impactos da globalização. Sejam movimentos denominados de esquerda ou de direita, a resposta para a nova ordem econômica global ganhou forma em diversos eventos, como os presenciados nas manifestações de Seattle em 1999, onde grupos de diversos espectros políticos se voltaram contra as políticas do chamado globalismo.

É inevitável que o processo de globalização e as suas políticas estejam associadas a uma vasta mudança comportamental dentro das sociedades. Isto também diz respeito às Relações Internacionais, afinal, países estão submetidos de diferentes maneiras ao conjunto das novas tendências pós-modernas. Podemos observar de forma prática como as políticas neoliberais, que já estavam consolidadas na Alemanha Ocidental, criaram um abismo ou descaso com o Leste, que é considerado o lado menos desenvolvido economicamente.

É justamente neste terreno que o populismo nacionalista ganha força, associado a um discurso “antiglobalização”. Se, a título de exemplo, analisarmos as eleições alemãs nos últimos 6 ou 8 anos, percebe-se fato curioso: a porção territorial, antes conhecida como RDA (República Democrática Alemã) ou Alemanha Oriental, que outrora esteve sob o comando da extinta URSS, atualmente representa a maior expressão do eleitorado definido como extrema-direita alemã ou ala ultranacionalista.

Regiões como Brandenburgo e Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental possuem alto índice de votos a partidos nacionalistas e anti-imigração, ou até mesmo partidos com tendências nazifascistas, caso do NPD. Segundo o observatório Wahlrecht.de, a região da Saxônia foi responsável por 30% dos votos totais ao partido nacionalista AfD². Fukuyama (1992) ressalta que o termo “vencedores” da Guerra Fria aprofundou ainda mais esta característica de abismo imposto pelo neoliberalismo.

Fukuyama (ibidem) ainda explica que os elementos psicológicos que definem esta crise de identidade estão ligados a sentimentos e emoções oriundos do desrespeito ou da forma que uma nação passa a ser subjugada internacionalmente. Com base nas reformas advindas da globalização e do neoliberalismo, a identidade nacional de muitos Estados passou a ser ameaçada, o que resultou na ação de grupos e indivíduos em mobilizarem-se

frente a estas intensas mudanças, inflando os seus nacionalismos no nível em que estes passam a determinar políticas de governo.

O nacionalismo de direita, conservador, que ganhou força nos últimos anos e vem causando atritos entre Estados e instituições internacionais, é fruto das consequências desta globalização e das falhas do sistema liberal. O pressuposto de que o mercado vai se autocorrigir se torna evidentemente falso ao observar-se as medidas internacionais adotadas durante a crise de 2008, sobretudo nos EUA, onde uma forte intervenção estatal foi necessária para apaziguar os efeitos da bolha imobiliária causada pela alta especulação de terrenos, imóveis e ações. Características como as políticas protecionistas e anti-imigração são apenas alguns dos pontos que refletem esta identidade fragilizada.

Há certo ponto, o muro psicológico discutido anteriormente se torna elemento que esteve sempre presente nos Estados modernos, mesmo após a queda do muro físico. O crescimento desta força nacionalista não apenas evidencia a forma como a crise de identidade traz à tona o muro psicológico de divisão entre “nós” e “eles”, mas também como esta retoma a construção dos muros físicos, com “novos” argumentos para sua implementação, podendo ser encarado como um nacionalismo pós-moderno, pois se trata de países globalizados buscando impor sua identidade dentro da própria dinâmica da globalização, apontado como redundante por muitos estudiosos. Por estas razões, também se define a pós-modernidade como o “fim da história”, em outras palavras, um mundo *ceteris paribus*.

Uma das explicações para a expansão da extrema direita nos últimos anos está nos aspectos sociais e culturais, para os quais as minorias não estão em primeiro plano. Pelo contrário, a imposição de uma etnicidade baseada nas elites econômicas passa a estabelecer o diálogo internacional, o que funciona perfeitamente para o modelo neoliberal. O saudosismo ou o sentimento nostálgico de um Estado antes próspero e soberano é meramente econômico, quando não se trata de uma “retrotopia”, (BAUMAN, 2017) e nada diz respeito para com direitos sociais ou de igualdade.

A retomada do Estado soberano pode ser vista como uma ruptura das medidas impostas pela globalização até um certo ponto. Se levarmos em consideração os efeitos do neoliberalismo, se torna mais simples entender o porquê este tornou-se o reduto do nacionalismo exacerbado nos dias de hoje.

Partindo do argumento de se estabelecer um tipo de protecionismo cultural, social e econômico, os Estados impõem resgate identitário, pois estão ameaçados pelas influências externas, que supostamente interferem na dinâmica e descaracterizam a cultura de uma nação. Surgem, assim, líderes políticos com características populistas e

autoritárias, com discursos cada vez mais agressivos. Mas embora o apelo ao nacionalismo seja anteparo para o processo constante da globalização, há algo diferente. A retomada dos discursos nacionalistas dos dias de hoje não impede ou anula a agenda neoliberal, pelo contrário, as incentivam.

Para o cientista político Bresser-Pereira (2008), a retórica do nacionalismo passou por fases, e até chegar ao denominador dual (bom/mal) que temos hoje. Segundo o pesquisador, até mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, e com a radicalização do nacionalismo alemão, o nacionalismo anticolonial seria uma luta legítima e até mesmo admirada. Foi a partir dos anos 70, com a sequência de eventos que anteciparam o mundo globalista que já ganhava forma, que o nacionalismo passa a ser visto como força obscura e devastadora dentro dos países democráticos. Este discurso se tornou praxe, sobretudo, nas narrativas dos países centrais sobre os periféricos.

O sentimento patriótico havia se tornado sinônimo de um nacionalismo saudável, mas qualquer manifestação de sentimento nacionalista já passou a ser encarado como pensamento racista, anti-migratório, nefasto. Mas o que Bresser-Pereira apresenta nos seus estudos é o fato de que grandes potências, embora sejam tão nacionalistas quanto países em desenvolvimento, disfarçam sua retórica nacionalista, pois assim, enquanto condenam o nacionalismo no mundo, aumentam uma relação de interdependência (que por si já é desigual) e exercem domínio.

Bresser-Pereira resume o nacionalismo dos países centrais como implícito, enquanto os de países periféricos são explícitos. Retornar-se-á a esta questão observando a forma como o Brasil se enquadra nesta dinâmica.

2.3 Nacionalismo updated?

Dos EUA de Trump, passando pela Índia de Modi, atravessando a Itália de Salvini ao Brasil de Bolsonaro, uma característica comum pode ser apontada entre estes crescentes nacionalismos: embora se denominem governos antiglobalização, todos seguem à risca a agenda neoliberal – que expande o alcance da globalização – o que implica que o nacionalismo que observamos hoje nada mais é do que uma ferramenta utilizada por um novo neoliberalismo, no qual os processos de corrosão dos aparatos democráticos dos Estados são internos, e não uma ameaça externa como apontam líderes populistas.

Em outras palavras, o que conhecemos hoje como crises democráticas são, na verdade, governos que utilizam das suas respectivas vias institucionais para a conceber o autoritarismo, para isso evocando o tom nacionalista, mesmo que paradoxal (“conservador

nos costumes, liberal na economia”), para instaurar o modelo neoliberal e reduzir o poder do Estado, não apenas em relação ao mercado, mas também em relação à privatização de estatais e em uma série de aspectos que dizem respeito ao recuo do bem-estar social.

O que faz com que este processo funcione tão bem? Primeiramente, é necessário mascarar as falhas e os efeitos gerados pelas crises do próprio modelo neoliberal, jogando a culpa para outros atores.

Com a criação de novos inimigos públicos, novas ameaças externas, ideias conspiratórias, propagação de notícias falsas, apelo emocional com símbolos nativistas ou religiosos (que dialoguem com a massa, representando de forma prática os interesses das elites), discursos de ódio, descrédito com a imprensa e intelectuais, opressão militar, perseguição política e etc., todas essas são ferramentas de manutenção autoritária.

Segundo Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) existem uma série de características que podem ser observadas hoje que denunciam este autoritarismo insurgente nas democracias globalizadas. Ao considerar que são os líderes autoritários de extrema direita, representantes das elites, que estão evocando o nacionalismo, compreende-se o porquê de não haver respostas significativas contra a agenda neoliberal.

O linguista, cientista cognitivo, comentarista e ativista político norte-americano Noam Chomsky argumentam que Estados autoritários tendem a se relacionar melhor com o neoliberalismo como, por exemplo, ditaduras como a experienciada pelo Chile de Pinochet, em decorrência de golpe de Estado em 1973, que desencadearam intensas reformas neoliberais com consequências até os dias atuais.

Podemos entender que os Estados que evocam estes nacionalismos de direita entram em um ciclo vicioso, traduzido nas crises democráticas atuais que embora tenham seus respectivos aspectos identitários, não podem ser totalmente dissociados de questões econômicas, ou seja, as características de governos nacionalistas observados em países como o Brasil, seguem como um projeto baseado na racionalidade neoliberal.

Estados nacionalistas não estão impondo sua identidade no S.I., mas permitindo que sua governabilidade seja entregue ao mercado internacional. Um exemplo prático pode ser observado após as eleições de 2018 no Brasil, onde uma série de privatizações sobre empresas estatais foram sugeridas e implementadas.

Portanto a inflação da retórica nacionalista não é fenômeno exclusivo de governos de direita, podendo ser encontrada em diversos espectros políticos. Por isso mesmo, a atenção internacional para a insurgência destes governos autocráticos nunca foi tão importante.

Uma vez utilizado como ferramenta de perpetuação de poder pelo governo, pode ter

efeitos devastadores, pois pode legitimar injustiças, aprofundar desigualdades e deslegitimar ações privadas ou populares que contrariem os interesses dos governantes, sendo definidas como antipatrióticas, ou ainda criar e perseguir “inimigos públicos”.

Há ainda outros casos em que se enfraquece demais poderes em prol de interesses das classes dominantes, já que o mesmo se perpetua por vias institucionais criando um ambiente de polarização extremista.

Partindo deste ponto, se o nacionalismo é uma imagem intrínseca ao Estado, sua retórica deve ser democratizada de forma que contemple em totalidade os diferentes contextos de um país e não seja argumento que carregue valores que dizem respeito a apenas um único lado do debate.

Talvez para o neoliberalismo das transnacionais e dos oligopólios esta ferramenta já é uma possibilidade de transcender políticas de governos sob o pretexto de impor a autoridade nacional, somando aspectos culturais (religiosos, econômicos e sociais) para um mercado e uma sociedade cosmopolita.

3 NEOLIBERALISMO

O atual modelo econômico que vigora nas relações entre as Estados-Nação é o neoliberalismo, seguindo os mesmos fundamentos ideológicos do liberalismo clássico, porém revisitado e incorporado às tendências de mercado que começaram a ganhar forma na década de 80. O neoliberalismo, assim como seu precursor, defende a redução do Estado dentro da economia e incentiva as privatizações e a abertura total do comércio financeiro.

Este modelo de mercado é o fio condutor que permeia as sugestões reformistas dos grandes fóruns econômicos no palco internacional, entre eles o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BM (Banco Mundial), a OMC (Organização Mundial do Comércio), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e outros.

As prerrogativas do neoliberalismo são, em essência, as diretrizes as quais a globalização impõe sobre países em todo o mundo. Embora constantemente seja entendida como um modelo que promete o desenvolvimento simultâneo das nações através da autorregulação do mercado – baseada nas interações econômicas e de consumo sem intervenção do Estado –, os resultados pressupostos pelo modelo neoliberal não saem da teoria quando observados de forma empírica, sendo seus efeitos até mesmo reversos. O neoliberalismo também pode ser identificado como contraponto ao nacionalismo de autonomia desenvolvimentista dos Estados, sobretudo dos países mais pobres.

Através de um discurso que sustenta o fim do nacionalismo nos países argumentando a cosmopolitização das economias e dos cidadãos, desconsiderando e deixando questões patrióticas em segundo plano, a retórica é majoritariamente proferida por países desenvolvidos para países periféricos, porém é contraditória nos aspectos práticos, como explica Paulo Nogueira Batista Jr. em seu trabalho *Mitos da “Globalização”* (1998).

No entanto, ao contrário do que geralmente se imagina, essa ofensiva “neoliberal” ou “paleoliberal” – e esse é o ponto que cabe destacar neste contexto – não chegou a modificar de forma substancial e duradoura a dimensão do Estado na grande maioria dos países desenvolvidos. Como veremos, nem mesmo interrompeu a tendência de aumento do peso do governo, medido por indicadores agregados como a relação entre a despesa e a receita públicas e o PIB. (BATISTA JR, 1998, p.156)

Se as regras do neoliberalismo são ferramentas para exercer controle sobre outros Estados, por que são tão atrativas para os países que mais sentem os impactos de forma contundente? Para responder perguntas como esta, é necessário voltar atrás na popularização desta ideologia.

3.1 Raízes

Definido pelo filósofo inglês John Locke como uma ideologia da liberdade, onde todos os homens possuem o direito natural à vida, propriedade privada e interferência mínima ou inexistente do Estado, o liberalismo ganhou força a partir do Iluminismo, no séc. XVII, e serviu de inspiração para uma série de revoluções, sobretudo em relação à separação entre Igreja e governo, além da oposição às monarquias absolutistas, como no caso da Revolução Francesa.

Utilizada desde os primórdios da independência norte-americana, em 1776, e amplamente difundida no Ocidente, as grandes potências viram no liberalismo postulado pelo filósofo escocês Adam Smith uma forma mais sofisticada de obter lucros e expandir mercados, fugindo do imperialismo tradicional, opondo-se ao conservadorismo da época e defendendo a ideia do crescimento mútuo a partir da realização dos interesses individuais e descentralização de poder.

Embora as críticas levantadas sobre as ideias de Smith perdurem até os dias de hoje, é fato que se as ideias de garantir liberdades e direitos individuais possuía um apelo gigantesco (sobretudo para as massas que até então não possuíam uma participação efetiva dentro da política), para a burguesia foi ainda mais interessante, pois liberalismo significava uma posição efetiva dentro dos interesses de uma nação, uma vez que as elites tinham a possibilidade de se tornarem os agentes econômicos dentro de um Estado desregulamentado.

Críticos como o filósofo alemão Karl Marx, viam no liberalismo a perpetuação do interesse das elites sobre a classe proletária. Dentro da própria teoria marxista, o liberalismo mantém o *status quo* da burguesia sobre os meios de produção, o que se reflete na ausência de políticas coletivas e de caráter social, uma vez que o foco está na economia. Isso tem como consequência o enriquecimento das elites e a estagnação da classe operária.

Embora nunca atingido de maneira eficiente como pressupõe seus ideólogos, o liberalismo encontrou nas social-democracias, popularizadas após a Segunda Guerra, formas de se manifestar. O declínio do liberalismo clássico já vinha configurando-se desde a quebra da Bolsa de Nova Iorque, quando intervenções estatais se mostraram a única saída para evitar um colapso ainda maior.

Dentre as medidas intervencionistas, destaca-se o plano de ação chamado Keynesianismo, celebrado durante as conferências de Bretton-Woods, na qual reformulações do liberalismo foram propostas. Desde 1944, quando se começa a repensar

as políticas do liberalismo, indo até o fim dos anos 80, quando passa por reformas conceituais e práticas, o modelo econômico continua prevalecendo nos dias atuais em relação às tendências de mercado entre países democráticos do sistema capitalista, sendo fortemente influenciado pelas potências desenvolvidas.

No Brasil, as ideias liberais começaram a ser introduzidas a partir da chegada da família imperial, em 1808. A princípio, foram implantadas ideias práticas de abertura comercial publicada pelo economista José da Silva Lisboa² no seu livro *Observações Sobre o Comércio Franco no Brasil*, publicado em 1808. Um ano depois, o liberalismo como ideologia dentro da política já estava consolidado.

A principal influência pela publicação destas folhas são credibilizadas a Hipólito José da Costa por meio do seu jornal, o *Correio Braziliense*. Embora publicado em Londres, este jornal tinha ampla circulação no Brasil. Atualmente, entre os 33 partidos que compõe o sistema político brasileiro, pelo menos 17 deles se autoafirmam como de direita; dentre estes, metade é adepta de ideias liberais.

3.2 Neo e globalização

Ao fim da década de 80, com o desfecho da Guerra Fria, uma nova integração de mercado começava a surgir. Baseada em uma forma de corrigir as falhas do sistema liberal, estudiosos da chamada Escola Austríaca de Economia, protagonizada pelo economista Ludwig Von Mises, e da Escola de Chicago, liderada pelo professor e economista Milton Friedman, defendem uma nova retórica.

Estes economistas apontam as consequências das crises e o prolongamento de seus efeitos (como em 1929 e, posteriormente, em 2008) como sendo responsabilidade da forte intervenção do Estado e da ineficácia do mesmo em direcionar os recursos. Os “neoliberalistas” defendem o estado minarquista ou mínimo, sem controle de preços, fixação de taxas e atribuem o desemprego como um efeito do salário mínimo (FRIEDMAN, 1962)”.

Defendida por organizações internacionais como o FMI e OCDE, o neoliberalismo previa que o fluxo de capitais sem intervenção dos Estados traria como resultado maiores investimentos e elevação dos índices econômicos e sociais, sobretudo em países subdesenvolvidos, que outrora não eram de interesse em investimentos devido às regulações sobre a economia. Países como o Chile, que implementou de forma sistemática as prerrogativas neoliberais durante a ditadura de Pinochet, segue hoje com

² Também conhecido como Visconde de Cairu, era apoiador de D. João VI.

um processo de estatização ou desprivatização de serviços públicos: previdência, universidades e saneamento são alguns dos exemplos.

Para o sociólogo Pierre Bourdieu (1998), o neoliberalismo é uma distorção das realidades sociais em prol do discurso econômico, tem essência na teoria Walrasiana de autorregulação do livre mercado e possui como efeitos o aumento das desigualdades sociais e econômicas. Corroborando com a crítica de Bourdieu, o político e economista francês Jacques Baudot e o secretário adjunto da ONU, Jomo Sundaram, relatam no livro *Flat World, Big Gaps* (2007) que as medidas propostas pelo neoliberalismo obtiveram resultados contrários ao que se era esperado.

O livre fluxo de capitais estrangeiros acabou por retornar aos países investidores, ocasionando desigualdades ainda maiores dentro dos países, mesmo nos ricos, mas principalmente sobre os países periféricos, onde os índices de pobreza aumentaram. O próprio FMI, em relatório chamado *Neoliberalism: Oversold?* (2016)⁴, conclui que as medidas defendidas pela organização, a longo prazo, aumentaram as desigualdades.

Apesar das críticas, o modelo de economia neoliberal segue adiante com o discurso de que as medidas não foram implementadas corretamente, sendo realizadas de formas insuficientes. Recorrendo novamente ao pensamento do economista João Paulo Nogueira Jr. fica evidente o porquê da atração dos países subdesenvolvidos a adesão das reformas neoliberais. Elas são conscientemente realizadas pelas suas elites, pois a desregulamentação supostamente favorece as suas negociações e enriquecimento:

Propagaram-se ficções e mitos sobre a economia internacional, cuja função prática tem sido a de facilitar o avanço dos interesses dos países mais desenvolvidos e suas grandes empresas, enfraquecendo as resistências nacionais e locais sob o argumento de que qualquer oposição à “globalização”, onda inexorável do futuro, é quixotesca e está fadada ao insucesso. (BATISTA JR, 2019, p.288)

A considerar que o diálogo dos países subdesenvolvidos com as grandes empresas e superpotências parte das elites econômicas, como no caso do Brasil, o interesse nas reformas liberais dentro do mundo globalizado compõe visão na qual o Estado deve exercer funções mínimas. Entretanto tais imposições não são seguidas pelos países mais avançados política e economicamente.

Nota-se certa duplicidade dos países desenvolvidos. Eles são, como se sabe, a fonte e a origem das teorias econômicas liberais. É o que se ensina nas suas universidades, é o que se propaga mundo afora por meio das entidades multilaterais controladas por esses países, notadamente o Fundo Monetário

⁴ Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/pdf/ostry.pdf>>. Acesso em 12 de fev. 2021.

Internacional (FMI) e o Banco Mundial. E, no entanto, a prática desses países diverge marcadamente da teoria liberal. Em todos os países avançados, o Estado atua de forma importante nas áreas econômica e social, complementando e corrigindo os mercados. A reação liberal, capitaneada por Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margareth Thatcher no Reino Unido, não conseguiu reverter inteiramente a tendência de aumento do papel do Estado, que remonta ao início do século XX e se intensificou depois da Grande Depressão da década de 1930. (BATISTA JR, 2008, p.282)

As problemáticas da liberalização de mercado propostas pelo neoliberalismo foram apontadas pelo economista Joseph Stiglitz (2002) como sendo inerentes ao próprio sistema neoliberal. Em sua aula magna na qual apresentou os fundamentos pelo qual recebeu o Nobel de Economia, Stiglitz argumenta que existe um mito em relação ao neoliberalismo que começa pela imperfeição das informações.

Segundo o cientista, mesmo na condição em que todos os Estados são iguais em um ambiente de livre mercado, as informações não transitam de forma igual, e uma informação sobre qualquer tipo de alteração no mercado, ainda que recebida em um nanosegundo de antecedência, pode causar resultados diversos. O mesmo se aplica a bolsa de valores e companhias de seguro, nas quais os clientes recebem informações baseadas em suas respectivas classes econômicas.

Observar esta dinâmica dentro de um ambiente de livre mercado, no qual os países já possuem disparidades gigantescas (sejam econômicas ou sociais), revelam o porquê a teoria do neoliberalismo aprofunda as desigualdades de forma intrínseca, sendo uma ferramenta de maior interesse para Estados mais desenvolvidos.

De forma quase que sinônima, falar sobre neoliberalismo nos dias de hoje também insere, mesmo que de maneira implícita, outras ideologias. Líderes liberais no mundo Ocidental possuem discurso parecido, pois emplacam uma série de elementos e ideologias nas suas narrativas, normalmente identificadas no espectro da direita, que é o lado político de onde se configura a defesa ao sistema capitalista.

3.2.1 Globalização

Certamente um dos termos mais citados no mundo que aponta para um resultado comum, com diferentes interpretações, é a globalização, fenômeno que abrange todos os atores do sistema internacional. Mesmo não sendo sinônimo direto de capitalismo, dentro da dinâmica contemporânea a globalização é uma ferramenta utilizada por neoliberais para expandir sua influência. Embora não exista consenso entre os pesquisadores sobre todos os aspectos que a integram, assim como o seu início efetivo, a globalização continua a se tratar de uma rede mundial, podendo ter influência de ordem cultural,

ecológica, patológica, geográfica, histórica, econômica, política e psicológica, gerando efeitos variados em diferentes partes do mundo.

Segundo estudiosos do termo, está ligada à globalização de ideias, mercados e agendas, embora, dentre as várias terminologias, a ideia de globalização não esteja intrinsicamente ligada ao capitalismo. Por exemplo, em relação à universalização dos Direitos Humanos, é fundamental compreender que as raízes do pensamento que sustentam esta ideia partem de uma concepção liberal.

Assim como hoje, os maiores defensores da globalização possuem dentro dos seus argumentos uma liberalização de mercado, redução dos Estados e das fronteiras, muitas vezes suscitando um *laissez-faire* aos moldes do liberalismo clássico. Desta forma, a globalização pode ser definida como uma mudança dentro dos meios de produção e ao mesmo tempo uma continuidade do capitalismo dentro das democracias liberais contemporâneas (SCHOLTE, 2005). As fases da globalização são comumente apontadas aos diferentes estágios mercadológicos experimentados pela humanidade, tendo sua primeira fase atribuída ao mercantilismo das navegações europeias

As mudanças ocorridas entre o fim do séc. XVIII e início do séc. XIX em decorrência das Revoluções Industriais alteraram permanentemente os modelos de produção existentes. Uma massificação do consumo, bem como a expansão da exploração de recursos naturais com o objetivo de suprir uma demanda internacional, levaram o capitalismo a um novo estágio que abre espaço para o capitalismo financeiro e é marcado pela evolução significativa da comunicação, definida por alguns como a Segunda Fase da Globalização.

Dentro da sua terceira fase, que ocorreu durante a Guerra Fria, a definição da globalização passa a ser tomada por uma consciência global, seja econômica, cultural ou espacial dentro da ordem bipolar que então vigorava no mundo (bloco dos países capitalistas e bloco dos países socialistas). Não por acaso, com a queda do muro de Berlim, em 1989, autores indicam nova fase da globalização, agora sob renovado arranjo de ordem mundial.

Mesmo que a globalização não seja sinônimo direto de internacionalização, liberalização, “westernization” ou universalização, os aspectos que circundam a globalização se fazem presentes nestas pautas, o que se reflete na maneira como um mundo interligado enquanto sistema que existe hoje é uma relação de ações em cadeia: ações de um ponto A podem ter efeitos no ponto B, mesmo que estes não possuam relações diretas.

“The multiplicity of linkages and interconnections between the states and societies which make up the present world system. It describes the process by

which events, decisions, and activities in one part of the world come to have significant consequences for individuals and communities in quite distant parts of the global. (MCGREW, Anthony; LEWIS, Paul, 1992. p.23)”

Portanto, a considerar a globalização como um avanço ou evolução dos mercados e dominação sobre territórios, como propõe George Soros (2004, p.1), as grandes corporações, empresas transnacionais e multinacionais passam a ser agentes com grande influência dentro dos territórios em todo o mundo. Estas grandes empresas podem gerar impactos diretos ou indiretos sobre populações, e dentro desta nuance pode-se destacar uma tentativa homogeneizar as nações em relação a consumo e informação, mesmo que exista uma adequação específica em relação às culturalidades endêmicas de cada território, por exemplo, o cardápio vegano do Mc Donald's na Índia, onde a maior parte da população considera a vaca um animal sagrado.

Um ponto importante desta equação está na relação entre a globalização e o nacionalismo. Como efeito dos avanços informacionais, nações e populações de um território podem afirmar suas identidades e possuem alcance maior em relação às suas demandas. Entretanto a combinação de uma série de elementos exteriores, bem como prerrogativas de abertura comercial podem trazer efeitos que abalam a soberania destes territórios e que interfiram nas questões de identidade de uma nação. Poderia a globalização reforçar questões de identidade atreladas ao nacionalismo? No sétimo capítulo deste trabalho será discutido como tais aspectos se relacionam dentro desta dinâmica.

4 CONSERVADORISMO

O conservadorismo como ideologia política tem seus princípios filosóficos comumente atribuídos às reflexões de Edmund Burke, por volta de 1790. Segundo Burke, a organização de uma nação parte de sua tradição, seja cultural ou institucional. O conservadorismo é uma ideologia posicionada à direita do espectro político e suas prerrogativas estão na continuidade das estruturas de poder originárias, isto é, uma perpetuação do *status quo*.

Já experienciado em diferentes fases, o conservadorismo possui elementos diferentes dependendo de onde este venha a se expressar. Por exemplo, na Índia destes dias ele é uma força de manutenção do pensamento extremista hindu; já no Brasil, o conservadorismo possui uma conotação voltada à comunidade branca e cristã. Dentro do conservadorismo não se considera privilégios inerentes como sendo vantagens e recusam-se a ideia do indivíduo, pendendo pela defesa da comunidade, família e instituições como a base da moralidade. Por estas razões, a ideologia conservadora não compactua com uma ideia de sociedade multicultural, o que alguns de seus teólogos consideram ser a causa do colapso dentro do Estado, revelando, assim, certa homogeneidade nas classes que defendem esta ideologia.

As principais implicações do conservadorismo estão na reflexão do pensamento burguês e sua replicação nas classes subalternas. Segundo o filósofo Antonio Gramsci, as classes dominantes tendem a conquistar as infraestruturas (onde se encontram as classes proletárias, meios de produção e suas relações) através das superestruturas, termo marxista que designa as ideologias, crenças e doutrinas. Para tal seria necessário a aplicação do que Gramsci chama de hegemonia, o controle total da classe operária, dos meios de produção e da política através do controle das classes que, em geral, estão desunidas. O pensamento conservador, por sua natureza, busca através de simbologias nacionalistas uma coesão das massas, naturalizando suas determinadas posições.

4.1 Conservadorismo e o liberalismo

Embora inicialmente postas como ideologias opostas, atualmente o termo liberal-conservador é comumente usado na política. A aproximação das ideologias parte da contribuição dos autores e suas afinidades com o pensamento social-conservador, além da defesa do capitalismo. Ambos viam as manifestações revolucionárias socialistas como subversão da ordem e desprezo pelas instituições. Pensadores como Mises, Hayek,

Rothbard, Ayn Rand e muitos outros serviram de base filosófica para a sustentação de uma liberalização econômica seguindo princípios conservadores. Uma diversidade de grupos políticos surgiu a partir desta interpretação: conservadorismo libertário, anarcocapitalismo, agorismo entre outros que focam na liberdade do indivíduo, propriedade privada e redução do Estado.

Liberal na economia e conservador nos costumes tornou-se a característica de países que representaram a onda da direita autônoma atribuída à guinada para a direita do espectro político em diversos países no mundo todo, simbolicamente representada pela vitória de Donald Trump (Partido Republicano), no ano de 2016. A direita assumiu uma forte retórica em países até então presididos por partidos de esquerda. Esta nova retórica, como no caso do Brasil, apresentava discurso de ineficiência do Estado e aspecto de corrupção generalizada seguido de sugestões de privatização e liberalização do mercado como alternativa.

Todos estes elementos repetidos incessantemente nas mídias asseguram certo descrédito em relação à esquerda, sendo esta considerada a culpada pelas mazelas do país nas questões econômicas e sociais. As imagens na página seguinte mostram a conversão de governos de esquerda para governos de direita em países da América do Sul (baseado nos partidos membros do Foro de São Paulo). Entre esses líderes governamentais, estão:

Argentina: Macri (2015-2019)

Bolívia: Jeanine (2019-2020)

Brasil: Temer (2016-2018), Bolsonaro (2019-Presente)

Chile: Sebastián Piñera (2010-2014) (2018-Presente)

El Salvador: Nayib Bukele (2019-Presente)

Guatemala: Jimmy Morales (2016-2020), Alejandro Giammattei (2020-Presente)

Honduras: Juan Orlando Hernandez (2014-Presente)

Panamá: Juan Carlos Varela (2014-2019)

Paraguai: Horácio Cartes (2013-2018), Mário Abdo Benítez (2018-Presente)

Peru: Martín Vizcarra (2018-2020), Manuel Merino (2020-2020), Francisco Sagasti (2020-Presente)

Uruguai: Luis Alberto Lacalle Pou (2020-Presente)

Figura 1 – Países governados por partidos membros do Foro de São Paulo (2011)



Fonte: Wikimedia Commons

Figura 2 – Países governados por partidos membros do Foro de São Paulo (2018)



Fonte: Wikimedia Commons

5 CARACTERÍSTICAS DO NACIONALISMO NO BRASIL (DE SANTA CRUZ AO BRASIL SOB A DITADURA CIVIL-MILITAR)

Para compreender como este “novo” nacionalismo se expressa no Brasil é necessário entender como características já estabelecidas anteriormente passam a ganhar mais força dentro do cenário político brasileiro. Precisa-se entender também como se formou as estruturas sociais e os movimentos identitários nacionalistas no decorrer das décadas.

Embora ainda careça de mais estudos no Brasil, este tópico apresenta um passeio pela formação das estruturas que baseiam a política brasileira. Evidencia-se como os diferentes nacionalismos e características⁵ influenciaram a adoção do comportamento político que perdura até os dias de hoje e dão forma a ao que definimos como política fisiológica, que é o modelo de como se desenrola a política brasileira. Por conseguinte, a relação destas características somadas ao neoliberalismo cosmopolita irá traduzir a quantas anda a democracia brasileira dos dias atuais

O Brasil anterior à proclamação da República (à época chamado de Terra de Santa Cruz) experimentou, por volta dos idos de 1640, uma série de revoltas isoladas conhecidas como Movimentos Nativistas. Algumas das revoltas tinham cunho meramente econômico, outras nasceram de uma insatisfação colonial em decorrência dos primórdios da necessidade de criar e massificar símbolos que evidenciam uma identidade emancipada de Portugal. Atribui-se grande parte da motivação às invasões sofridas no séc. XVII e à autodeterminação dos nascidos no país, desde os negros, mestiços e brancos (filho do português).

Todos estes movimentos vão corroborar com o processo de independência do Brasil em 1822, isto é, em sua busca por soberania. Esta independência se mostrou bem-sucedida pelo triunfo diplomático sobre o Império Britânico, o sucesso do cerco de Paysandú (Uruguai, 1865) e principalmente pelo fim da Guerra do Paraguai, em 1870, em período conhecido como “era ouro” do Império do Brasil, devido ao êxito militar, o exponencial crescimento e estabilidade da economia, consolidação da diplomacia e o reconhecimento internacional como país moderno e progressista. Todos estes fatores são consideráveis quando se fala em construção da identidade Brasileira (LIRA, 1977c).

Até então, o país emergente já experimentara diferentes nuances do nacionalismo em sua composição. O que, inicialmente, se tratava de afastamento da Coroa Portuguesa – pela motivação emancipatória, adoção de símbolos de atinência ao solo e fim do

⁵ São elas o coronelismo, milícias controladas, o influxo da agropecuária pelos grandes latifundiários e a forma como o clientelismo passa a se tornar uma via normal para a eleição de cargos públicos pela troca de favores.

subjugamento proferido pelos portugueses (e outros países invasores), bem como necessidade de coesão social da própria coroa imperial para comandar o país –, posteriormente se designa para o fim da monarquia de D. Pedro II, em 1889.

As razões pelas quais as elites dominantes, também chamadas de ultraconservadoras (responsáveis pelo golpe que levou à deposição e exílio do último monarca brasileiro e sua família) estavam presentes no descontentamento com o tom das políticas imperiais, sobretudo em relação aos projetos abolicionistas assinados pelo Imperador e por sua filha, levando-os a crer que havia parcialidade da Coroa em relação ao modo de governo, o que induziu as oligarquias e setores militares (positivistas) a evocar o republicanismo aos moldes idealistas dos Estados Unidos da América como forma de governo. O golpe foi apoiado pela classe política e não houve reação do império (BAUMAN, 1999).

5.1 República velha (1889-1930)

A história do nacionalismo no Brasil pode ter diversas abordagens, sendo que desde a independência ainda não havia um sentimento geral de pertencimento à nação (este sentimento estava em construção). Até então, as populações tinham o seu aspecto identitário associado a província (estado) à qual pertenciam, e não ao país Brasil. Podemos inferir que os preceitos do nacionalismo brasileiro vêm do sentimento anti-português e anticolonial, mas passa a adotar o tom antimonárquico com as fortes influências das elites burguesas e da religião cristã.

As mesmas elites (compostas de oligarquias brancas e militares que disputavam o poder incessantemente com golpes e contragolpes) que antes estavam mantendo o apoio ao Estado monárquico se tornaram as precursoras da Primeira República. A retórica do Estado Republicano nacionalista, que em um período inicial era dominada pela ala militar⁶ foi superada pelo comando das oligarquias, composto pelas aristocracias latifundiárias oriundas de São Paulo e Minas Gerais, em período denominado de República do Café com Leite. Ela terminou com a chegada da República Nova, representada pela vinda de Getúlio Vargas.

Neste período, é interessante observar como o apelo nacional dos grupos dominantes para a criação de uma república surge como uma ferramenta para retroalimentar e perpetuar o poder das elites oligárquicas já enraizadas no Brasil. Logo fica claro como a adoção ou supressão de símbolos que compõem a identidade brasileira são moldados por um discurso que parte das classes dominantes.

Isto não é uma regra imutável, pois dentro de cada Estado há de se observar um contexto e formação política e sociocultural diferente. Portanto há a utilização da imagem

⁶ Período conhecido como República da Espada.

nacionalista, por mais que esta seja fator que possa ter muita influência de baixo para cima (bottom - up) ou vice-versa (top - down) das elites ou das massas (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2001). No caso específico do Brasil, vem sendo um projeto outorgado pelas elites que constantemente vêem seu controle ameaçado pelas massas e, por isso, detêm o manejo das estruturas institucionais para a sua permanência, excluindo ao máximo as minorias, reestruturando os setores dominados e reforçando a criação das classes “inferiores”, que acabam por competir umas com as outras em busca de ascensão, enquanto as elites permanecem no poder (SOUZA, 2017).

Segundo o sociólogo Jessé Souza (ibidem), a construção destas classes ditas como “inferiores” vem do culturalismo aplicado pelas elites no Brasil. Os reflexos desta exclusão podem ser observados nos dias atuais, seja no Congresso Nacional ou nas universidades: há sempre um abismo (crescente) entre as classes consideradas “inferiores” e as classes burguesas. Este abismo não se dá exclusivamente de forma material, mas também, e principalmente, intelectual.

Compreender este culturalismo mostra como o comportamento e a retórica do que é “ser brasileiro” foram impostos pelas elites e, posteriormente, alicerçados academicamente por intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda no seu livro *Raízes do Brasil* (1936), pois apenas irá justificar as ações autoritárias, há anos praticado, atribuindo a subjugação e inferiorização do brasileiro como sendo algo natural a sua respectiva formação – em muitos, casos a sua miscigenação como no caso do escritor Monteiro Lobato.

O pensamento de inferioridade perdura até os dias de hoje de maneira quase que folclórica (sobretudo nas parcelas reacionárias). O termo “vira-latismo brasileiro”, popularmente atribuído ao escritor e jornalista Nelson Rodrigues, já foi amplamente usado por figuras públicas, como por exemplo o ex-ministro das relações exteriores Celso Amorim para denunciar esta inferiorização que parte do próprio cidadão brasileiro em relação ao mundo.

Talvez por esta razão histórica o discurso nacionalista sempre é moldado (no caso brasileiro) pelas elites que a compõem, como um aparato de manutenção voltado para seus respectivos interesses. A retomada do discurso patriótico e ufanista retornará incessantemente dentro da história da política brasileira e a sua necessidade de interdependência com os países centrais idem.

5.2 República nova (1930 - 1945)

O período conhecido também como Era Vargas vai ser de fundamental importância para entender como o populismo nacionalista moldou o cenário da política brasileira. O antigo sistema coronelista da Primeira República começava a perder espaço e o ciclo de presidentes oriundos de São Paulo e Minas Gerais estava quebrado, para a satisfação dos militares de baixa

patente que protagonizaram o movimento Tenentista. A chegada de profissionais liberais, empresários e investidores em cargos públicos e o aparelhamento da imprensa utilizando de um escancarado “culto à personalidade” revelam um novo estilo de política⁷ que fugia das políticas de localidades presentes durante a República Velha.

A era Vargas possui carácter mais abrangente em relação a massas e regiões brasileiras, atendendo a um plano nacional, e não exclusivamente regional. O uso de medidas autoritárias, torturas e órgãos de censura também já mostravam forte influência da ala militar (dividida entre a parte “nacionalista” e “democrática”) e tendência de opressão para perpetuação no poder, que vai culminar no golpe de 1964.

O nacionalismo da ditadura Vargas deu início ao monopólio de poder direto para as figuras que constituíam e apoiavam o governo. Uma das características indispensáveis está na maneira de o governo lidar com opositores. O cancelamento do multipartidarismo, perseguição a membros de grupos comunistas e a criação de decretos de ampla interpretação para se estabelecer uma ordem social mostram este traço autoritário evoluindo exponencialmente.

Embora haja muitas críticas feitas ao governo Vargas, é indiscutível que houve entendimento por parte daqueles que estavam no poder sobre o momento específico que o país e o mundo passavam, destacando especialmente a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. A crise mundial gerada pelo crash de 29 oferecia terreno fértil para o populismo e o nacionalismo. Os resultados disso puderam ser vistos na Europa, onde as democracias liberais foram abaladas. Na Itália, o movimento Fascista, protagonizado por Benito Mussolini, ganhava força e se disseminou para outros países como Espanha, Alemanha, Hungria, Áustria, França, Suíça e para outros continentes, como Ásia (Líbano, China) e América do Sul (Brasil, Chile e Costa Rica). Importante salientar que assim como a crise liberal de 1929 proporcionou uma inflação nacionalista, outras crises que o mundo vai experimentar como em 2008, vão trazer efeitos semelhantes a serem discutidos posteriormente.

Grupos de valorização da arte nacional começam a florescer, como o Movimento Verde-Amarelo, de Plínio Salgado e Menotti del Picchia e Movimento Antropofágico, de Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. A criação de companhias nacionais, a formalização dos direitos trabalhistas e o sufrágio universal são considerados avanços que fortaleceram a imagem nacionalista do governo, dando aos cidadãos função mais participativa que meramente passiva, como foi realizada ao longo da história. O historiador Eric Hobsbawm aborda o tema de maneira axiomática no seu livro *Nações e Nacionalismo desde 1970* (1990):

⁷ Embora tenha uma característica “suave” no começo, se desenrola para uma agenda autoritária posteriormente.

Um patriotismo puramente baseado no Estado não é necessariamente ineficaz, desde que a própria existência e funções do Estado-cidadão territorial moderno constantemente envolvam habitantes em seus assuntos e, inevitavelmente, forneça uma “paisagem” institucional e processual diferente de todas as outras e que seja o cenário de suas vidas, por ele amplamente determinadas. (HOBSBAWM, 1990, p.122)

O vislumbre Getulista pelo chamado Estado Novo implica nesta nova ordem, buscando a representação de uma nova era a partir da difusão coletiva sobre o entendimento do Brasil e de suas problemáticas. Estava claro que o país passava por novo momento, e é justamente neste período que diversos intelectuais, tais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque entre outros, ganham destaque, pois buscam uma compreensão da sociedade brasileira para assim poder organizá-la dentro de uma abordagem sociológica.

Como já comentado antes, estes ensaios e trabalhos publicados na época caem na graça das elites, porque não atacavam diretamente o *status quo*, somente buscavam uma compreensão da sociedade da forma que foi constituída, caracterizando muitas das mazelas como inerentes, sem condenar os grupos de poder político ou a influência europeia.

O Estado Novo não reconhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses, garante os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela. (VARGAS, 1938. p.311)

O regime Getulista flerta diretamente com o Fascismo de Mussolini, trazendo em sua estrutura não apenas uma imagem semissacra do “velinho”, mas o protecionismo de mercado, um discurso agressivo contra opositores, ideologia antiliberal, junto com a censura e a tortura como ferramentas de controle e o favorecimento das elites capitalistas. Estas são apenas algumas das inclinações que vigoraram durante o Estado Novo.

No embalo das referências que se apossaram dos governos no mundo – especialmente na Europa – estão novos movimentos nacionalistas, como a Ação Integralista Brasileira, criada por Plínio Salgado em 1932 e que teve adesão em vários estados brasileiros. Muitos de seus membros eram ligados diretamente ao Governo. A AIB foi o mais notável movimento nacionalista brasileiro: continha hierarquia, um líder inquestionável, saudação própria e buscava uma reorganização reacionária da sociedade brasileira. Eles organizam desfiles e tinham como lema “Deus, a pátria e a família”.

O nacionalismo populista de Getúlio, também chamado de Varguismo, conseguiu conciliar a satisfação das camadas populares (sobretudo dos operários) e das elites. Não por acaso, sua política lhe rendeu a reeleição em 1951 e a alcunha de “pai dos pobres e mãe dos ricos”.

Marcado pela divisão entre militares, as eleições internas do clube militar de 1954

foram vencidas pela ala conservadora, batizada de “Cruzada Democrática”. Ainda em fevereiro daquele ano, a ala conservadora eleita redigiu um documento conhecido como Manifesto dos Coronéis, assinado respectivamente por generais e tenentes ligados ao alto escalão das Forças Armadas, demandando pautas como a redução do salário mínimo, proposto pelo então Ministro do Trabalho João Goulart, e elevação do salário militar em 100%.

A insatisfação dos militares com o governo Vargas criou uma divisão que serviu de forte opressão contra o presidente: os militares queriam a deposição do presidente. A situação se tornou insustentável após o atentado ocorrido em 5 de agosto contra o jornalista Carlos Lacerda, à época atuando como deputado federal pela UDN. Investigações apontaram que o crime teria sido cometido por um assessor do presidente, o que piorou ainda mais a situação deste.

Com a forte repressão militar e o descontentamento das elites que tiveram seu poder reduzido, Getúlio Vargas comete suicídio. É importante saber que a porção militar autodenominada de “Cruzada Democrática” era também chamada de “entreguista” pela parcela posicionada mais ao lado esquerdo do espectro político, sobretudo no que dizia respeito à desestatização de empresas, lucros do petróleo e dependência norte-americana.

Esta parcela era composta e apoiada pela burguesia e pelas elites econômicas, que embora desconhecem as falhas do *tâtonnement* de Walras, já sabiam soletrar muito bem a expressão *laissez-faire*. O alinhamento entre militares e a potência econômica das Américas, os EUA, ainda viria encontrar seu ápice dentro de uma década, o que para alguns estudiosos de hoje pode ser entendido como um fato quase que previsível.

Segundo o economista e cientista político Luiz Carlos Bresser-Pereira (2008), o nacionalismo é um elemento indispensável aos Estados, e embora se apresente implicitamente dentro dos países centrais, permanecem sendo observado de forma necessariamente explícita dentro dos países periféricos, a começar pela forma como as sociedades Estado-Nação que temos hoje são seguimento das revoluções capitalistas que vêm ocorrendo desde o acúmulo de capital que originou as revoluções industriais. A troca do império pela forma moderna do Estado-Nação não muda o fato de que seja necessária a imposição de ordem político-econômica sobre a colônia ou países "subdesenvolvidos".

Neste caso podemos recorrer ao *soft power* descrito por Joseph Nye como a tradução para esta relação “pacífica” dentro do mundo globalizado. É necessário para as potências que países periféricos evoquem os seus nacionalismos a um certo ponto, pois este mesmo nacionalismo é o que oferece uma ideia de “destino comum” de progresso e produção. Contudo esse nacionalismo em países periféricos não poderia desenvolver um sentimento de busca por autonomia.

No caso do Brasil a condição da indústria agra como sendo a força motriz do país, porém

permanecendo com o caráter de subalterno para os países ricos (países como o Brasil possuem uma característica de produção primária). Bresser (2008) configura o nacionalismo central como sendo de caráter internacionalista, enquanto que o periférico é cosmopolita, podendo até mesmo possuir mentalidade de colônia e, muitas vezes, aceitando sua condição de dependência como “natural”, já que o seu nacionalismo não pende para um globalismo. Pelo contrário, reflete os processos históricos que constituem sua identidade e posição de “inferior”. (Hélio Jaguaribe).

5.3 Ditadura civil-militar (1964 - 1985)

Os efeitos do golpe militar ocorrido em 01 de abril de 1964 representou a elevação máxima do nacionalismo radical experimentado até então no país, a começar pelo fato de que a censura e a perseguição tinham a finalidade prática de coibir qualquer ato de oposição contra o governo e suprimir liberdades individuais e direitos civis.⁸ É importante perceber também que a herança política do Brasil é oriunda da cisão e junção dos partidos querepresentavam o sistema bipartidário que perdurou entre 1966 e 1979.

Para compreender o comportamento do regime autoritário que se estabeleceu no Brasil, é necessário voltar atrás e entender que desde 1946, com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG)⁹, os militares brasileiros estão alinhados com os norte-americanos em suas estratégias, além de alinharem-se com o pensamento liberal, segundo o jornalista e ativista político Mário Pedrosa (1966).

Foi a partir da década de 1950, mais precisamente durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, que uma independência ideológica é fomentada. Evidentemente, isto não alegra o governo estadunidense, que enxerga no Brasil a possibilidade de uma “nova Cuba”¹⁰

João Goulart, popularmente conhecido como Jango, é uma figura chave dentro deste processo. Os desafios propostos pelas reformas de base de Jango perpassam pela educação popular, reforma agrária, reforma urbana, reformulação política (prevendo a legalização do Partido Comunista), reformas fiscais e bancárias que em nada agradavam as grandes empresas estrangeiras, pois estipulavam restrição de 10% sobre a remessa de lucros. Evidentemente, as

⁸ Esses atos repressivos eram executados por meio de Atos Institucionais e por órgãos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado durante o Governo de Getúlio, e o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

⁹ Parceria entre os presidentes Eurico Gaspar Dutra e Harry S. Truman.

¹⁰ Como dito pelo presidente John Kennedy em várias reuniões sobre os procedimentos que descambaram na construção da Operação Brother Sam, que movia esforços por meio do treinamento militar e da utilização do próprio arsenal marítimo e aéreo para a instauração de um golpe caso o então presidente João Goulart continuasse com suas reformas. A operação nunca entrou em ação.

camadas das burguesias agrária e industrial, ligadas ao capital externo de forma intrínseca, não viam em suas perspectivas o interesse dessas reformas. Algo deveria ser feito em conluio com o capitalismo norte-americano. A demonização da imagem de Jango, sobretudo devido às suas relações com países da URSS e sua viagem à China, incitou a força militar a afastá-lo, a qualquer custo, em prol dos interesses da instituição, das elites e, obviamente, dos EUA.

O mundo passava pelo embate ideológico da Guerra Fria, na qual duas forças nacionalistas – que representavam as duas maiores potências militares do mundo – buscavam expandir suas forças de influência sobre países no mundo todo. De forma automática, a luta anticomunista dos EUA reivindicava a intervenção contrarrevolucionária interna dentro dos países latino-americanos e simultaneamente instaurava o seu nacionalismo implícito sob a forma de “liberdade” econômica dentro da lógica capitalista, enquanto o governo militar bradava o nacionalismo explícito sob a forma de “consertar o país” da ameaça comunista e da inflação.

O processo de transição do governo militar de liberal para estatal, segundo Mário Pedrosa (1966), ocorre quando os militares assumem os cargos de setores estratégicos do país. O historiador e colaborador do CNPq João Quartim de Moraes aponta que durante o primeiro governo ditatorial, de Castelo Branco, as políticas eram entreguistas, ou seja, privativas (assim como no Chile). Somente durante o governo Geisel houve inclinação para o desenvolvimento nacional, focado em na autonomia do Brasi (aconteceu de forma tardia), e as próprias elites econômicas já estavam descontentes com o baixo crescimento econômico, ainda mais agravado pela crise do petróleo de 1973. Se o apoio popular à ditadura já era inexistente, com o recuo da classe média a situação se tornava ainda mais insustentável.

O processo de transição democrática começava a dar os seus primeiros passos que, de forma geral, pode ser interpretado como uma série de negociações entre a oposição, militares moderados e linhas-dura (Guillermo O'Donnell). Dentre as várias facetas da redemocratização, a Lei de Anistia, embora simbolize alguma luz para o perdão aos opositores ferrenhos da ditadura, também acabou por justificar na impunidade dos torturadores¹¹.

A impunidade e anistia dos carrascos militares e de seus crimes também pode dizer muito sobre o discurso atual que relativiza às ações militares durante a ditadura como sendo necessárias mesmo que os Direitos Humanos tenham sido completamente ignorados. Este mesmo aspecto também pode ser a razão pela qual grupos de extrema direita recorrem a imagem de torturadores como manifestação de patriotismo, a exemplo do presidente

¹¹ Como Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável por pelo menos 60 mortes, fora as torturas que chegam ao número de 500, como estimado por uma de suas vítimas, o político Gilberto Natalin

Bolsonaro ao justificar seu voto a favor do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, normalizando a violência no seu discurso.

O nacionalismo no Brasil passou por diversas fases, porém, como pode-se constatar, a influência das elites sempre ocupou seu papel em relação a esta dinâmica por se tratar de uma lógica da qual Estados-Nação não podem fugir, pois são frutos do percurso capitalista, estando submetidos à agenda neoliberal exercida pelas potências político-econômicas que influenciam suas respectivas regiões.

Em seu trabalho *Redes Regionais de Cooperação em C&T* (2001), a autora Léa Velho mostra como países latino-americanos estão submetidos à influência dos EUA, da mesma forma que a África está para a Europa e a Ásia para o Japão. Embora a Ciência e Tecnologia seja um âmbito de carácter universal, pois lida com o progresso frente a questões da humanidade e seus avanços, não podem ser desconsiderados da dinâmica nacionalista.

Afinal, grande parte dos investimentos realizados é de carácter nacional e suas consequências são sim utilizadas como influência internacionalmente. A corrida pela busca da vacina contra a Covid-19 e suas variantes demonstra a forma como a ideologia nacionalista está presente. O alinhamento do governo Jair Bolsonaro com os EUA revela a persistência do nacionalismo colonial ao subjugar os esforços da China em relação à vacina por mera questão de proximidade fisiológica com os norte-americanos.

6 SEMIÓTICA PATRIÓTICA E GOVERNO BOLSONARO

Embora em 1964 a seleção brasileira já usasse a camisa canarinho, este ainda não era o arquétipo dos movimentos nacionalistas da direita conservadora no Brasil como presenciado de 2016 e adiante. A construção dos simbolismos utilizados pela direita, que se apossou do discurso patriótico no Brasil, vem de processos mais estruturais ligados à religião, *status quo*, anticomunismo, anti-intelectualismo e, paradoxalmente, ao alinhamento com EUA.

Segundo Wendt (1992), uma imagem é o resultado de um plano coletivo de reflexão sobre algum objeto analisado, podendo ser a própria realidade em questão. O mesmo se faz com os Estados e com o Sistema Anárquico Internacional. O nacionalismo entra neste aspecto por se tratar de uma forma coletiva de se sentir pertencente mediante a símbolos comuns a um determinado território.

De acordo com o filósofo francês Destutt de Tracy, a ideologia seria uma ciência capaz de analisar a natureza de um determinado tipo de pensamento mediante a interação do homem com a natureza, reflexos do seu próprio comportamento e condição. Portanto o nacionalismo poderia ser posto como ideologia que expressa a relação da sociedade (nação) com seu território, governo etc.

A partir da dinâmica social que veio da formação dos Estados-Nação, tal concepção requer diferenciar os valores e símbolos nacionalistas a partir da classe social que dá origem a este pensamento. O filósofo Karl Marx (1848) define uma ideologia dentro do processo materialista-dialético como uma força que historicamente representa os interesses da burguesia postos no plano coletivo como forma de dominar as massas. Ou seja, a representação da ideologia das elites sendo repetida pelas classes operárias por terem o pensamento coletivo induzido à vontade e percepção da burguesia.

No caso do nacionalismo brasileiro, a ideologia das elites esteve o tempo inteiro conduzindo o interesse coletivo ou nacional. Podemos observar que desde a primeira fase da Primeira República, conhecida como República das Espadas, as políticas de Deodoro da Fonseca apontavam para o liberalismo e militarismo de Estado. Na segunda fase da República Velha, conhecida como República Café com Leite, observamos os interesses das Oligarquias paulistas e mineiras agindo em relação ao interesse nacional. A mesma também despontava para um liberalismo econômico, agro e industrial. Ao chegar na República Nova, de Vargas, constata-se que, apesar de haver um equilíbrio entre a classe operária e a burguesia (resultando no manejo sindical), os interesses das elites estavam muito bem representados até o momento em que começam a questionar a falta de expressividade. A própria elite militar também esteve o

tempo todo presente, sendo a mesma de importância fundamental para a deposição de Getúlio Vargas.

Após o golpe militar de 1964, o primeiro governo da ditadura, representado por Castelo Branco, seguiu a cartilha do liberalismo. O então ministro da economia, Roberto Campos, possuía inclinação favorável às sugestões do FMI, do qual participou desde a fundação nas conferências de Bretton-Woods. A própria redemocratização e a pressão sobre o governo militar, apesar da forte rejeição popular, parte das classes médias e das elites industriais descontentes com o baixo crescimento econômico e com a estatização ineficiente. Evidentemente, devido a todo o contexto de formação social e econômica do país, a burguesia brasileira é representada por indivíduos brancos. Se considerarmos o aspecto religioso que historicamente é manifestado, a ideologia cristã também se torna elemento comum da elite.

Portanto a construção da imagem nacionalista do Brasil para a burguesia está direcionada a manutenção do próprio *status quo* liberal na economia, com um posicionamento semicolonial o qual mantém a produção dentro do setor primário e que aponta para uma globalização comercial, mantendo-se subordinado à globalização financeira (principal interesse dos países ricos nos dias de hoje). Como historicamente a narrativa do nacionalismo brasileiro está voltada para o interesse das elites, é indubitável o porquê de o nacionalismo, mesmo que explícito, paradoxalmente condicionar o interesse nacional à agenda do neoliberalismo.

Durante os 14 anos de governos de esquerda (Lula de 2003-2011 e Dilma de 2011-2016), o Brasil experimentou um nacionalismo concreto – como define o economista Paulo Nogueira Batista Jr. –, fugindo do cosmopolita experienciado durante o governo FHC. Foram tentativas nacionais desenvolvimentistas focadas na autonomia e produção interna sem a dependência crônica à qual o país recorre desde a sua primeira república. Elementos como a submissão às grandes potências, fé cristã, conservadorismo e manutenção do *status quo* não eram o foco. Pelo contrário, pela primeira vez o país evocava um nacionalismo voltado para o desenvolvimento das classes mais pobres, amplas garantias trabalhistas e uma política externa que não sobrepuja os interesses internacionais, como no voto contrário à implementação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Evidentemente, o governo Lula também soube afagar os interesses das elites, sobretudo no que diz respeito aos lucros das instituições financeiras. Segundo dados do Banco Central, durante o governo Lula, os bancos lucraram mais que o triplo em relação ao presidente antecessor. A queda veio com o governo Dilma Roussef que embora tenha apresentado uma média anual superior ao governo antecessor, não superou as expectativas do total acumulado. Questões como estas, que dialogam com as expectativas das elites, revelam o direcionamento da pressão sobre o governo da presidenta, o que pode apontar para as razões do seu impeachment.

Outra questão importante que não pode ser desconsiderada é em relação a crise de 2008, a qual será abordada posteriormente neste trabalho.

Para comentarmos sobre esta semiótica da nacionalidade burguesa é necessário que se observe atentamente a confluência de interesses que se apossaram das ruas durante as manifestações de 2013. Embora tenha sido originada por movimentos estudantis como o Movimento Passe Livres, contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, acabou por gerar a amálgama de sentimentos que abarcariam no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Segundo o sociólogo Jessé de Souza (2017), a luta da então presidenta contra o capital especulativo foi a sua própria sentença, orquestrada pelos aliados fisiológicos, grupo conhecido como Centrão, de quem a mesma se cercou.

O resgate do nacionalismo liberal que tomou conta das ruas no ano de 2016, vestidas majoritariamente de verde e amarelo, já declarava os anseios da classe média orquestrada pela rede clientelista conhecida como Centrão ou Bloco¹². Este grupo, que representa maioria no congresso, reflete o nacionalismo das elites do Brasil, como já mencionado anteriormente, agregando o interesse dos militares, da economia agroindustrial e das igrejas neopentecostais, que utilizam da fé cristã para legitimar as suas políticas.

Este simbolismo nunca esteve tão evidente como durante as eleições de 2018 e no atual governo de Jair Bolsonaro, onde grupos ativamente conservadores reivindicavam pautas antiprogressistas e suscitam abertamente o retorno da ditadura militar e de medidas opressoras, como o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que anulam os direitos e liberdades civis. O AI-5 foi considerado o ápice do autoritarismo brasileiro durante os anos de chumbo.

A semiótica do nacionalismo presente nas elites brasileiras está atrelada a uma gama de ideologias de direita. O conservadorismo pode ser entendido como aspecto chave desta construção. Parte-se do conceito de coesão das massas através do imediatismo explícito sobre as problemáticas brasileiras e pelo senso de união das classes por meio do próprio pensamento capitalista de ascensão meritocrática, doutrinas religiosas (no caso brasileiro da imensa parcela evangélica) e da atribuição das mazelas a um outro grupo, corroborando na sua perseguição, como no caso do antipetismo.

Este movimento ideológico foca-se em um presentismo na busca de soluções e no constante medo de perder o poder sobre os meios dominados (OAKESHOTT. 1991), portanto se faz necessária a manutenção das superestruturas para a captação das classes médias e proletárias a favor dos interesses da burguesia. A reprodução e naturalização das posições de poder pelas

¹² É composto por partidos sem ideologia definida, mas com políticas conservadoras. O Centrão é a herança política da ditadura no Brasil, direcionados majoritariamente pelas bancadas armamentistas, ruralistas e evangélicas, ou pejorativamente conhecida como Bancada BBB (Boi, Bala, Bíblia)

classes subalternas garantem às elites brasileiras a sua perpetuação hegemônica (GRAMSCI, 2004).

Mas o que está por trás desse pensamento? O nacionalismo liberal que está presente a aproximadamente 130 anos de história da república brasileira. A partir deste seguimento fica evidente, portanto, como o nacionalismo vigente no Brasil pertence à ideologia burguesa que, na prática, é entreguista, algo que o economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2004) considera como caminho comum a ser traçado por países em desenvolvimento. Segundo Ha-joon Chang, o neoliberalismo oriundo do consenso de Washington (1989) (hoje reforçado por órgãos “multilaterais” como FMI e Banco Mundial) pressiona os países subdesenvolvidos a se espelharem em boas condutas dos países ricos, o que significa privatizações, proteção de propriedades privadas e livre mercado sem intervenção estatal.

Segundo o economista Paulo Nogueira Batista Jr., órgãos multilaterais como o FMI e o BM são uma falácia. Em outras palavras, são os interesses das potências como EUA e dos países Europeus sobre a economia dos países periféricos. Seguir à risca os interesses destas organizações é permitir a interferência do nacionalismo de países centrais na produção e no sistema financeiro nacional, e isso sob o disfarce de uma globalização comercial (BRESSER-PEREIRA, 2008). Ter este nacionalismo liberal explícito e alavancado é de total interesse dos países hegemônicos e não desnecessariamente podemos ver este comportamento refletido na narrativa que endossa e reflete o discurso bolsonarista.

6.1 Panorama: governo Jair Bolsonaro

Apoiado pelas elites econômicas (agrária e urbano-industrial), apontando para um neoliberalismo subserviente aos EUA e com elementos conservadores e legitimados pela ideologia cristã, o governo Bolsonaro é a representação do nacionalismo da burguesia brasileira em sua totalidade. Alicerçado pelos ruralistas, pelas bancadas evangélica e armamentista, tem o maior número de militares ocupando cargos desde a ditadura, inclusive no cargo de vice-presidente – ocupado pelo General Mourão. O governo Bolsonaro possui efetivamente uma expressão gigantesca sobre os interesses nacionais. Não por acaso, medidas que atropelam o PNDH (Programa Nacional de Direitos Humanos) e revogam decisões de preservação ambiental são combatidas ou entendidas como crimes de responsabilidade (improbidade administrativa) dentro do alto escalão do Congresso.

Em seu terceiro ano de gestão, o governo já acumula mais de 107 pedidos de

impeachment¹³, grande parte deles referente a atos antidemocráticos contra as instituições civis, incluindo o fechamento do congresso. Todos estes pedidos estão obviamente arquivados. Levando em consideração as características nítidas da base e das medidas adotadas pelo governo, levanta-se a hipótese se no Brasil a democracia está sofrendo corrosão interna criada a partir do nacionalismo burguês. Um líder autoritário, segundo os estudos dos professores Steven-Levitsky e Ziblatt (2018) pode ser identificado a partir dos seguintes pontos:

- Aquele que rejeita, em palavras e ações, as regras democráticas do jogo.
- Nega a legitimidade dos oponentes.
- Tolera ou encoraja violência.
- Indica disposição para suprimir a liberdade dos oponentes e da mídia.

Bolsonaro já foi abertamente favorável à intervenção militar ao deslegitimar o processo democrático brasileiro, chegando a acusar as urnas eletrônicas de corruptas. Em relação aos seus oponentes, ele já proferiu uma infinidade de insultos e acusações. O apreço pela violência como ferramenta de embate político pode parecer fetichismo militar, mas é, na verdade, prática comum de desumanizar um outro grupo por meio do uso de codinomes pejorativos e através da normalização da violência (comportamento abundantemente utilizado pela Alemanha Nazista sobre a população de judeus). Referências a torturas, indiferença com as vítimas, desprezo pelas reivindicações dos grupos minoritários, sobretudo indígenas (em relação à facilitação dos trâmites da indústria agro), foram comuns durante a eleição e mesmo depois dela.

Iniciada com o discurso nostálgico sobre a ditadura (chegando a elogiar torturadores), ressuscitando o comunismo, recorrendo à fé cristã (sendo apoiado, inclusive, por lideranças religiosas), as manifestações pró-Bolsonaro já incitavam polarização seguida de radicalização do nacionalismo da direita conservadora brasileira, representado majoritariamente pela burguesia. Os discursos de ódio contra as minorias, desprezo por ativistas de Direitos Humanos, desrespeito a entidades de proteção ambiental e instituições democráticas não apenas compõem o imaginário bolsonarista, como fomentam um revisionismo histórico anti- intelectual baseado muitas vezes em teorias da conspiração, como as propagadas pelo “gurudo presidente”, o ex-astrólogo Olavo de Carvalho.

O caminho para o bolsonarismo parte de uma perseguição à oposição baseada na Operação Lava-Jato que, sob o pretexto de combate a corrupção persistia na condenação de lideranças do Partido dos Trabalhadores. A imagem do PT foi massacrada em todos os veículos

¹³ Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/impeachment/pedidos-de-impeachment-de-bolsonaro-pandemia/>>. Acesso em 07 de abr. 2021.

de mídia. A partir daí, surgiu o antipetismo, sentimento de desprezo coletivo pelos governos, partidos e militantes associados ao PT. Isso acabou por respingar na esquerda comoum todo. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a ser preso em 2018, mas foi solto em 2019 graças à inconstitucionalidade de sua prisão.

Segundo Steven-Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), nos dias atuais, o caminho utilizado por líderes populistas para conceber o autoritarismo é inerente às próprias instituições. Utilizar dos mecanismos constitucionais para fagocitar a própria democracia é como uma prerrogativa dos Estados modernos dentro da lógica neoliberal, sobretudo em democracias jovens como no caso do Brasil, no qual as recentes instituições não possuem solidez e as suas próprias formações e cargos são oriundos de negociações.

Os autores ressaltam “as regras não escritas do jogo”, o que podemos observar de forma cristalina dentro do governo Bolsonaro, onde o caciquismo segue criando ciclo vicioso de manutenção de poder. Líderes populistas e autoritários evidentemente não falam apenas porsí, no caso do presidente Bolsonaro, ele funciona como um porta voz para a demanda das elites que o colocaram no poder.

Democracias modernas não morrem da mesma forma intensa e dramática como antigamente (golpes de Estado, tanques e soldados nas ruas). Hoje elas são corroídas internamente de diferentes maneiras, embora o presidente venha a sair, o aparelho e aqueles que permanecem nele continuam com seu poder e expressão cada vez maior.

Entender o Brasil como uma pós-oligarquia não é um erro, pois a estrutura interna permanece na mão dos mesmos grupos de expressão que historicamente ditam os rumos da política brasileira e vão sempre procurar um líder que fale por eles, alguém que os represente culturalmente e tenha um discurso agressivo e direto contra a oposição. Líderes assim costumam flertar com o autoritarismo.

Dessa análise, utilizando elementos descritos por Steven&Levitsky (ibidem), podemos entender o porquê a coesão da direita no Brasil aparenta ser maior. O fato é que enquanto a esquerda, sobretudo no caso do PT, deve lidar com os interesses de uma diversidade de grupose causas (quilombolas, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, trabalhadores rurais e urbanos, liberdade religiosas de manifestações africanas, movimento sociais como o MST, o MTST, entre outros) a direita lida com um público homogêneo (brancos, classe média, cristãos), sendo os debates e diretrizes mais facilmente elaboradas.

6.1.1 Relações Exteriores do Brasil sob Bolsonaro

As relações exteriores no governo Bolsonaro são de aproximação de governos

representados por líderes de direita com foco no impulso econômico, na cooperação militar (voltado aos EUA) e no incessante combate ao socialismo como, como o próprio Bolsonaro sublinhou em encontros internacionais. O governo tem focado nas relações bilaterais, assinando acordos, firmando parcerias, porém abrindo mão de outras.

Desde iniciada a gestão do atual governo, a soberania do Brasil já parecia ameaçada pelo discurso de dependência em relação aos EUA, o fascínio de Bolsonaro pelo presidente Donald Trump – fascínio platônico – e o gesto de inferiorização em relação a interferência norte-americana na Venezuela. Outro ponto bastante criticado foi a série de concessões do governo brasileiro para o estadunidense, considerada por muitos especialistas como desigual.

A forte inclinação em prol da solidez em relação a parceria com os EUA demandou que o governo assinasse um tratado de cooperação, que consiste na troca de informações entre a Polícia Federal e o FBI, exclusão da necessidade de visto para norte-americanos virem ao país, cooperação militar e diminuição da burocracia de exportação dos EUA para o Brasil. Em troca das concessões, o governo de Trump sinalizou apoio ao Brasil em relação a sua entrada na OCDE, fórum econômico onde somente países desenvolvidos participam. Apenas o Chile e México representam a América do Sul na organização.

Contudo o interesse do Brasil na OCDE, especulando um retorno de investimentos, impõe ao país uma série de políticas e reformas que devem ser feitas. Primeiro ponto importante a ser considerado nesta equação é que ao entrar na OCDE, o país perde o tratamento especial em relação à OMC, tratamento sempre visado pelos EUA, tratamento este que permite prazos maiores para pagamento de empréstimos internacionais para países em desenvolvimento. Outra questão diz respeito a privatizações e reduções significativas de intervenção do Estado na economia, sobretudo na bolsa de valores, pendendo, portanto, para um livre-comércio que anula significativamente a taxa de fluxo de capitais estrangeiros. O gesto também causa desequilíbrio na relação dos BRICS. O ingresso do país na organização pode não ser benéfico a medida em que o Brasil acabar por se tornar inexpressivo dentro da organização.

É evidente que para os países membros da OCDE, a entrada do Brasil significaria um novo mercado financeiro livre para o capital especulativo. A relação de poder entre o Brasil e os países que compõem a OCDE é desigual em vários níveis. Mas em relação à política liberal do próprio discurso nacionalista que acompanha o presidente e o ministro da economia, Paulo Guedes, a entrada na organização seria exatamente o que o governo almeja para concretizar uma série de promessas de campanha. Paulo Nogueira Batista Jr. define a entrada do Brasil na OCDE como uma armadilha:

Essas obrigações são compatíveis com o nível de desenvolvimento e os interesses estratégicos desses países mais avançados, no seu atual nível de desenvolvimento,

mas conflitam com prioridades e necessidades de países em estágio diferente de desenvolvimento econômico e social. A sua adoção pelo Brasil acabaria de eliminar grande parte da autonomia de que ainda dispomos para conduzir políticas públicas em diferentes áreas. (BATISTA JR, 2019, p.10)

A diplomacia brasileira, atualmente representada pelo Chanceler Ernesto Araújo segue o mesmo pensamento de alinhamento com líderes de direita. O alinhamento voltado para os países centrais já estava visivelmente elaborado desde as eleições (falta de interesse em relação aos BRICS)¹⁴. Com o MERCOSUL o tratamento não foi diferente. Embora o bloco econômico nunca fora um grande exemplo de integração social, o seu aspecto econômico sempre serviu como vantagem em negociações internacionais entre os países em desenvolvimento que o compõem e os países ricos.

A política externa do Brasil possui novo direcionamento. O país é agora representado pelo ministro Ernesto Araújo que admira veementemente as políticas do Governo Trump e toma como posicionamento uma série de pensamentos e considerados reacionários que voltaram à tona nos anos recentes, a começar pelo negacionismo das mudanças climáticas. Entendendo o processo como uma ferramenta da “esquerda” para subverter as causas ambientais. O ministro também acredita que a globalização é uma conspiração global do chamado “marxismo cultural”, do qual ele diz que o mundo deve se livrar.

Quero ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista. Globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural. Essencialmente é um sistema anti-humano e anticristão. A fé em Cristo significa, hoje, lutar contra o globalismo, cujo objetivo último é romper a conexão entre Deus e o homem, tornando o homem escravo e Deus irrelevante.

(ARAÚJO, 2018)¹⁵

Várias críticas ao ministro foram feitas em relação a sua visão sobre o fascismo e nazismo, movimentos que ele considera serem fenômenos de esquerda. O mesmo em relação a epidemia do coronavírus, a qual ele definiu como plano de dominação socialista. Opiniões como estas demonstram que o perfil de ministros do governo é bem diferente do que se observa dentro dos paradigmas das relações exteriores e da história da diplomacia brasileira. (Celso Lafer, 2018).

O governo Bolsonaro se inicia com várias críticas a China, críticas oriundas majoritariamente da sua base de apoio anticomunista e do seu alinhamento com os EUA, que vem travando intenso conflito comercial com o país asiático nos últimos anos, com o intuito de

¹⁴ Desde a sua criação, este grupo serve como contrapeso na balança de poder global em relação aos blocos econômicos de países desenvolvidos.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.metapoliticabrasil.com/about>>. Acessado em 09 de fev. 2021.

alcançar a hegemonia comercial. Ataques de ministros do governo, alguns com teor xenofobo, à República Popular da China se tornaram comuns, o que parece ser ação pouco planejada tendo em vista que a China é o maior parceiro comercial do Brasil. A redução da parceria seria, na prática, uma perda maior para o Brasil, pois importa produtos manufaturados na medida em que exporta produtos primários para o país.

O atrito se deu também no campo ambiental. Países criticaram as políticas do presidente Bolsonaro frente ao crescente desmatamento e queimadas na Amazônia. Na ocasião o presidente culpou ativistas, ONGs, e até mesmo o ator Leonardo DiCaprio como financiadores dos crimes ambientais. Ele também defendeu que as medidas ambientalistas internacionais interferem na soberania do país. Como resposta a tais atos, países como Alemanha e Noruega bloquearam os repasses ao Fundo de Preservação da Amazônia.

Em eventos internacionais, Jair Bolsonaro busca apresentar aos líderes políticos e investidores a retórica de que o país está sob um novo direcionamento, focado na macroeconomia liberal, prometendo redução do Estado e aumento de privatizações. Em Davos, na Suíça, na conferência do Fórum Econômico Mundial, pronunciou discurso breve (com pouco mais de 6 minutos), no qual demonstrou interesse no investimento internacional.

Ao mesmo tempo em que reiterou deixar de lado questões ideológicas, também anunciou o fim do bolivarianismo no país. O discurso agradou investidores das potências econômicas globais que puderam perceber que o governo não iria adotar as mesmas medidas restritivas utilizadas nos últimos anos para proteger a economia. Na Conferência da ONU ocorrida em 2019, durante o discurso de abertura tradicionalmente realizado pelo Brasil, Jair Bolsonaro anunciou que o país está livre do comunismo e fez críticas à organização Foro de São Paulo, a países como Venezuela e Bolívia e ainda reafirmou a soberania sobre a Amazônia.

No total, o governo de Jair Bolsonaro realizou 14 viagens presidenciais, majoritariamente em países de direita com orientação conservadora. Dentre estas viagens, quatro foram aos EUA. O que revela que a política externa conduzida pelo governo Jair Bolsonaro demonstra certa subserviência aos interesses dos países ricos, em especial aos EUA, deixando de lado o diálogo equilibrado com países em desenvolvimento, nos quais as condições de negociação poderiam ser mais vantajosas e a autonomia do país não se tornaria ameaçada:

Não se alinhar a nenhum dos dois não significa necessariamente manter equidistância. Se tivermos que pender para um dos lados, é provavelmente preferível perder um pouco para o da China com quem o Brasil tem uma cooperação de caráter estratégico e relativamente equilibrada no âmbito dos BRICS. Os Estados Unidos ainda são a principal potência – e continuarão sendo por tempo considerável. No horizonte visível, não há chance real de trazê-los para um diálogo menos marcado por suas tradicionais prepotências. Já a China, apesar das suas dimensões econômicas e demográficas, continua sendo um país em desenvolvimento e, por isso mesmo, compartilhar com o Brasil diversas características e interesses essenciais.

(BATISTA JR, 2019, p. 30)

Pode-se inferir, portanto, que as relações externas do atual governo vão na contramão de um projeto nacionalista que foca na autonomia do desenvolvimento econômico e social. Pelo contrário, o plano vigente foca em liberalização do mercado sob exigências desiguais em relação ao desenvolvimento do país, em prol dos interesses internacionais, configurando o nacionalismo praticado pelo governo e seus ministros como um entreguismo às propostas do neoliberalismo.

7 RESSEÇÃO DEMOCRÁTICA: O RETORNO DA RETÓRICA NACIONALISTA NO MUNDO GLOBALIZADO (CONSERVADORISMO, NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO)

O fenômeno do discurso nacionalista com apelo ao liberalismo ocorreu de forma quase que sistemática nos últimos anos. A eleição de Jair Bolsonaro no Brasil é apenas um reflexo desta questão. Para análise deste comportamento é indispensável considerar as crises liberais. Assim como a Crise de 1929 suscitou forças nacionalistas, isolacionistas, populistas e inclusive fascistas, há de se considerar algo que, semelhantemente, se aplica ao mundo pós- crise de 2008.

Crises dentro do mundo globalizado possuem efeitos variados, porém é dentro das democracias liberais que a observação de contradições pode ser imposta. No verão de 1989, Francis Fukuyama anuncia o “Fim da História” como uma análise da inerente da sobreposição do liberalismo no mundo baseada nos anseios mundiais por mudança sistemática que implica na liberdade dos indivíduos e nações por uma busca pela soberania e autonomia no cenário internacional, algo incompatível com tiranias e regimes autoritários.

Porém, dentro de uma forma pragmática de se inferir o comportamento das democracias liberais atualmente, sobretudo naquelas que se formaram após a Guerra Fria, não existe espaço para um determinismo do liberalismo como o detentor do sistema moral em que se reserva o progresso econômico e social. Uma forma de interpretar este pensamento está na maneira como líderes populistas estão lutando contra – ou modificando – a própria constituição de seus países para estabelecer suas políticas. O papel da globalização dentro deste contexto implica na cartilha de mudanças às quais os países estão impostos. Estas mudanças geram efeitos internos, ou, em outras palavras, dialogam com os nacionalismos dos Estados. Evidentemente, os efeitos podem resultar no regresso da própria democracia. Neste ponto é inevitável que se acrescente, sob a ótica de análise, os elementos do conservadorismo, neoliberalismo e da globalização dentro da conjuntura das democracias liberais.

A considerar a Rússia como uma democracia, onde o governo tem autoridade para se perpetuar no poder através de modificações dentro da constituição (incluindo a utilização das forças de inteligência para perseguir opositores) ou até mesmo a China, país comunista com abertura econômica liberal, apesar da centralização do poder em um só partido (democracia consultiva socialista), percebe-se que nem mesmo as ondas liberais foram capazes de trazer efetiva ordem ambígua dentro do regimento interno dos países. Em países onde os recentes mecanismos democráticos ainda estão se consolidando, os efeitos de uma ruptura dentro do pragmatismo político pode acabar por dar início a uma crise democrática e dentro dos próprios meios constitucionais conceber um governo autoritário.

O conservadorismo está presente na maioria dos países. Tanto no Ocidente quanto no Oriente, o apreço pelas instituições primárias como reguladoras da ordem social ainda se faz presente. O aspecto religioso do conservadorismo continua a ser fator crucial, pois é através dele que a legitimação de uma série de discursos inflamados ganha espaço.

Dentro das questões de identidade, que de certa forma compõe o nacionalismo brasileiro, estão aspectos do conservadorismo (mercado, religião e família). O neoliberalismo também é apresentado como o caminho comum dos países modernos. Em suas prerrogativas estão a possibilidade de liberdade econômica e modernização, contrapondo-se ao que os liberais chamam de mau funcionamento do Estado ou ineficientíssimo estatal. Embora tenha entre as suas pautas as privatizações das empresas nacionais, a parcela liberal de vários países adere ao movimento como uma alternativa ao desenvolvimento nacional, mesmo que esta esteja voltada para a ausência de retorno financeiro para medidas que assegurem o bem estar social. Sem sociedade não há nação.

A globalização contemporânea, por sua vez, pode ser entendida como estágio da modernização ou pós-modernidade. Por vezes, a globalização está atrelada ao sentido de emancipação, justiça, paz, sustentabilidade, liberdade de mercado e riqueza. Porém é neste termo que se concentram outras questões como desigualdade, miséria, exploração, perda de identidade, incerteza e vulnerabilidade. Embora a globalização tenha seus aspectos positivos, é atribuído a este fenômeno de interconectividade acelerada alguns dos reflexos do nacionalismo exacerbado que tem sido comumente observado na política mundial.

Para finalmente estabelecermos uma explicação para este nacionalismo, é necessário que a relação entre os pontos apresentados esteja interligada. A forma como estes aspectos tem se tornado visível tem sido demonstrado através das crises neoliberais que resumidamente se traduzem nas crises democráticas.

7.1 Crises liberais

Toda ação gera uma reação, e para ações de grandes magnitudes também é esperado que ocorra reações em larga escala. Assim tem sido o mundo depois da quebra da Bolsa de Nova York, das duas Grandes Guerras, crises na produção e nos preços do petróleo e o fim da Guerra Fria em consequência aos chamados “Cisnes Negros”¹⁶.

Todos estes eventos geraram, ou ainda geram, efeitos em países no mundo todo. Porém alguns eventos abrem espaço para efeitos que são nocivos aos modelos democráticos que possuímos hoje. A última grande crise econômica ocorreu em 2008. Bancos e entidades

¹⁶ Como o atentado às Torres Gêmeas e, mais recentemente, a pandemia do novo coronavírus.

financeiras no mundo todo declararam falência.

Os efeitos deste colapso, originalmente imobiliário, se alastraram de forma que nem as intervenções estatais realizadas conseguiram conter os prejuízos que perduram ainda hoje. Certos prejuízos não podem ser reparados com medidas intervencionistas, injetando dinheiro na economia, como fez o governo estadunidense naquele ano. Isto porque alguns danos da crise de 2008 se refletem nas crises democráticas que existem hoje. O mercado é especulativo: em tempos de crise não aposta todas as fichas no mesmo cavalo.

Dentro do mundo globalizado, eventos como estes, deixam questões de identidade mais visíveis. Nacionalismos sensíveis podem ter efeitos inflamados quando populações sentem que possuem suas identidades afetadas – e estilos de vida baseados principalmente em consumo, também dizem respeito a identidade.

Logo, a atribuição da culpa ao um ineficientíssimo do estado em não conseguir gerir ou acabar com a crise cria urgência por reparos. Dentro deste contexto, figuras autoproclamadas como “outsiders” ganham destaque por protagonizar uma nova alternativa que repare estragos e devolva a identidade da nação. Neste sentido, as esquerdas não estavam prontas para digerir e utilizar-se dos efeitos da crise. Na América Latina, por exemplo, os países majoritariamente sob governos de esquerda se aproveitavam dos altos retornos oferecidos pelas *commodities*. Quando a queda no preço destes produtos começou a afetar a economia, grupos de direita já estavam articulados para substituir ou conter as insatisfações geradas pela crise.

Estes líderes de direita com apelo nacionalista se vêem representados pela eleição do presidente norte-americano Donald Trump e seu novo modelo de gestão voltado para a recuperação econômica, desenvolvimento nacional e devolução da “realidade” nostálgica da “América para os americanos”. O mesmo movimento se repetiu por outros países, incluído o Brasil, onde ondas de xenofobia, protecionismo e privatizações se tornaram cada vez mais comuns. Apesar de a crise ter sido um efeito gerado pelo próprio neoliberalismo, muitos destes líderes atribuíram a culpa à globalização e se encolheram dentro dos seus respectivos nacionalismos.

Crises de magnitude como estas geram efeitos imediatos, como a ascensão de líderes populistas antiestablishment. Uma vez que os efeitos desta crise atingiram economias em escala global, impactando a vida interna de milhões de pessoas no mundo todo, países tendem a florescer certo senso de isolacionismo ou protecionismo de seus bens materiais e humanos.

É neste ponto que os líderes demagogos ganharam voz condenando as mazelas da crise ao Estado intervencionista, suscitando o nacionalismo como forma de reparar o respeito internacional e utilizam da lógica neoliberal como forma de buscar expansão novamente. Por se tratarem de governos populistas, estes possuem um contingente conservador homogêneo imenso

do seu lado. Por estas razões, o conservadorismo está atrelado à ascensão destes líderes que seguem agenda neoliberal. O problema em governos populistas é que estes tendem ao autoritarismo, utilizando das vias institucionais para garantir a expansão de seus poderes.

Em países como o Brasil, onde as instituições ainda são frágeis, e nem mesmo os governos de esquerda conseguiram reformá-las, ocorre corrosão interna da democracia, corrosão esta muitas vezes legitimada pelo eleitorado conservador.

Portanto as crises das democracias são produtos da ascensão dos líderes populistas que ganharam espaço em momentos nos quais o modelo neoliberal apresentou falhas sistêmicas.

8 CONCLUSÃO

O neoliberalismo vive uma nova fase, e dentro desta dinâmica o nacionalismo se tornou uma peça fundamental. O uso de uma força de identidade tão forte como o nacionalismo para instaurar medidas econômicas privatizantes sugerem que existem dentre os diferentes nacionalismos dentro de um mesmo Estado-Nação uma sobreposição da imagem nacionalista das elites sobre o das massas, este padrão se repete no âmbito internacional. É dentro do neoliberalismo que está a manifestação e a imposição dos países centrais sobre os periféricos. Crises na democracia abrem espaço para países desenvolvidos fazerem com que democracias recentes estejam abertas, assim podem estabelecer influência e controlá-las, antes que estes países solidifiquem suas instituições.

Como as sociais-democracias, em grande parte, possuem dispositivos que não permitem uma interferência externa significativa no mercado interno, como uma forma de manter a sua autonomia, principalmente em países em desenvolvimento, as grandes potências globais utilizam de Organizações Internacionais, como fóruns econômicos e de comércio, para impor suas agendas, que corroboram para uma abertura econômica. Estas agendas são majoritariamente anseios que partem das elites econômicas, como no caso do Brasil.

Para que este modelo liberal funcione é necessário que o governo esteja alinhado com suas prerrogativas. Surgem então os líderes populistas, que através do uso de símbolos nacionais, e da criação de inimigos públicos, ganham espaço. Em um contexto pós crise, onde um país está descrente ou com a identidade fragilizada, a adesão a este “novo discurso nacionalista” fica mais evidente. Pois se trata de uma solução imediata, que retome o desenvolvimento. Por trás deste discurso estão os interesses dos grandes atores externos de modificar os parâmetros constitucionais para que haja espaço para as prerrogativas neoliberais. É neste ponto que o populismo passa a praticar o autoritarismo, que muitas vezes já estava presente no discurso, abrindo margem para crises dentro da democracia.

Este discurso pode ser entendido como novo pois, não se trata de um nacionalismo voltado para a autonomia e soberania do país em seus meios, este novo nacionalismo busca uma inserção dentro do modelo neoliberal. Entregando questões ao capital externo. Como demonstrado no capítulo 3 desta pesquisa, transnacionais e investimentos diretos são realizados por países desenvolvidos com políticas nacionalistas que ao contrário do que pregam, adotam fortes medidas de intervenção do estado, não permitindo dentro da sua economia a mesma abertura.

É através da globalização, mesmo que criticada por líderes autoritários, que os mitos do neoliberalismo se alastram. Como a globalização é um agente abstrato, ela pode ser alvo de

críticas sem que as falhas do sistema liberal sejam demonstradas. Partindo deste ponto, a construção da imagem da globalização atende interesses específicos, gerando uma falsa sensação de direcionamento ao desenvolvimentismo independente.

Isto se dá pelo fato de que os aspectos em que líderes se opõe a globalização estão na maioria das vezes, sobretudo em casos de discursos como este, sob uma perspectiva conservadora, que está mais preocupada com a manutenção do *status quo*, uma vez possuem sua identidade ameaçada, seja pelo fluxo de imigrantes, por países ideologicamente opostos, por manifestações culturais e religiosas minoritárias.

Enquanto, em termos de economia, não há críticas, pois para os liberais, que normalmente estão nos bastidores desses governos, a globalização se trata de apenas uma forma de obter melhores resultados econômicos, e como o próprio termo propõe, uma ausência de intervenções se traduziria em maiores aplicações de capital externo, que também podem significar a possibilidade de maiores ganhos.

Portando, pode-se definir que o novo discurso do nacionalismo que se observa hoje é: conservador, liberal, entreguista, elitista. Conservador, por que propaga a perpetuação do *status quo*, e sua difusão presente nos símbolos nacionais, apontam para uma retórica das elites. Liberal por pertencer a uma estética das elites, que seguem uma orientação da agenda neoliberal do mercado global, que por sua vez está voltada para a abertura comercial, privatização e redução do estado, o que de forma prática é entregar para as potências externas a capacidade de ter autonomia sobre os setores estratégicos.

Sendo assim, os objetivos deste tipo de nacionalismo não estão voltados para o desenvolvimento frente a questões e problemáticas sociais. Isto ocorre por que avançar em questões sociais significa reconstruir e solidificar as instituições de proteção (inconcebível dentro da mentalidade conservadora), fortalecendo a própria constituição, o que é essencial para jovens democracias, como a brasileira.

Como contraponto a esta solidificação das instituições de defesa, e de suas respectivas reformas, estão os anseios das grandes potências político-econômicas, que possuem mais vantagens e possibilidades de dominar Estados que possuem constituições frágeis. Ressaltando que o nacionalismo é uma imagem coletiva construída socialmente, de forma intersubjetiva, e sujeita a mudanças dentro da sua percepção, o que tem se observado no mundo pode ser entendido como parte deste processo de moldar a imagem e a função do objeto, no caso o nacionalismo. Como ficou observado no decorrer deste trabalho, as modificações das imagens estão sob o domínio hegemônico, ou seja, o discurso sobre este novo nacionalismo passa a ser assimilado como o único nacionalismo, aquele que corresponde aos interesses nacionais, e é gerado pelas elites, sob influência das tendências impostas por elites dominantes no contexto

internacional, e é reproduzido pelas classes médias até chegar nas classes periféricas, onde será replicado, mesmo esta não se beneficiando do que o discurso propõe, isto ocorre por que estas classes passam a fazer isto inconscientemente, devido a força que possui o nacionalismo.

Sabendo que o nacionalismo se trata de um elemento que pode alterar significativamente as relações internas e externas do Estado, e este mesmo elemento não deixará de existir nem dentro de um horizonte de longo prazo, em divergência dos cosmopolitas, uma alternativa o nacionalismo seria a sua formação ou construção como imagem partindo das camadas periféricas, levando em consideração suas pautas e símbolos que melhor relacionem com seu contexto.

Mas, como discorrido no Cap. 5, no caso brasileiro, a construção do nacionalismo sempre partiu das elites, sendo mimetizado pelas classes subalternas. Até mesmo o arranjo político que o Brasil possui é representado majoritariamente pelas elites, que por sinal defendem o discurso do novo nacionalismo da qual foi abordado. Demonstrando com clareza a dificuldade de se estabelecer uma construção como esta. Para todos os efeitos, o nacionalismo como uma força sem precedentes, e de natureza intrínseca aos Estados, parece ter sido domado pelo neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

AMMOUD, Ricardo H. Nahra. Crescimento, desenvolvimento e desigualdade de renda:

Análise dos clássicos – Furtado, Cardoso e o “milagre” econômico. In: Anais do XI

Encontro Regional de Economia – ANPEC-Sul 2008. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Mitos da "globalização". Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.12, n.32, p.125-186, abr. 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de fev. 2021.

O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata. 1ª ed. Lisboa: leya, 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 171-193, abr. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S010340142008000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de fev. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. Retrotopia. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAYLIS, J.; SMITH, S.; OWENS, Patricia. (Eds.). The Globalization of World Politics. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BOURDIEU, Pierre. L'essence du néolibéralisme. Le Monde Diplomatique. P. 3, mar. 1998.

BROWN, David. Nacionalismo contemporâneo: política cívica, etnocultural e multicultural. Londres: Routledge, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. O papel e a complexidade do liberalismo no Brasil. *Revista eestudos Avançados*. São Paulo, v. 26, n. 76, p. 391-394, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000300033&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 abr. 2021.

CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília, Itamaraty/FUNAG, 2012.

CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de. *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999. 156 p. – (Coleção biblioteca básica brasileira).

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHILDE, Vere Gordon. *How Labour Governs: a study of workers' representantion in Australia*. London: The Labour Publishing Company, 1923. Disponível em: <<https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.31557/mode/2up>>. Acesso em 22 de jan. 2021.

DIAMOND, Larry. *The Spirit of Democracy: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World*. Nova York: Henry Holt, 2008.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAMA, C. F. P. S. *Arrested Development: Brazil in a World in Crisis (2008-2018)*. E-International Relations, 2018.

GRAMSCI, Atonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, VOL.1, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Nação, Nacionalismo e Estado*. *Revista de Informação*

Legislativa, v. 45, n. 179, p. 245-256, jul./set. 2008. Disponível em:
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176547/000843884.pdf?Sequence=3&isallowe=y>>. Acesso em 27 de jan. 2021.

HARARI, Yuval Noah. Sapiens: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HUNTINGTON, Samuel. 1994. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LYRA, Heitor. História de Dom Pedro II (1825–1891): Ascensão (1825–1870). Vol.1, Belo Horizonte: Itatiaia. 1977c.

MANDEL, Ernest. Capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Série Os Economistas).

MCGREW, Anthony; LEWIS, Paul. Global Politics: Globalization and the Nation-State. Cambridge Polity Press, 1992.

OAKESHOTT, Michael. On Being Conservative. Riverside Community College District, 2009.

PINTO, Álvaro Vieira. Consciência e Realidade Nacional: A consciência ingênua [I]. Riode Janeiro: ISEB, 1960.

SCHOLTE, Jan Aart. Globalization: a critical introduction. 2nd ed revised and updated. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Ieya, 2017.

STIGLITZ, Joseph E. A globalização e seus malefícios. São Paulo: Futura, 2002.

SUNDARAM, Jomo K. E BAUDOT, Jacques. Flat World, Big Gaps: Economic Liberalization, Globalization, Poverty and Inequality. Londres: Zed Books, 2007.

TZU, Sun. A arte da guerra. São Paulo: Record, 2006.

VARGAS, Getúlio. A Nova política do Brasil: Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

VELHO, L.S. Redes Regionais de cooperação em C&T e o Mercosul. Parcerias Estratégicas, CGEE/MCT, n. 10, março de 202001, p. 58-74.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. *International organization*, 46 (2), p. 391-425. 1992.